CPL
Fls. 02

PROTOCOLO	Número: 20/2025	Data: 08/01/2025
Interessado: **********		
Origem: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PROTOCOLO		
Assunto: LICITAÇÕES		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS E ALIMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS TRANSFERE.GOV,TRANSFERE.TO,INVESTSUS,SISMOB E FNS NO MUNICIPIO DE PIUM-TO 74		

CPL
Fls. 03

PROPOSTA DE PREÇO

A,
Prefeitura Municipal de Pium -TO

Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas Transfere.gov, Transfere.to, Investsus, Sismob e FNS no município de Pium -TO.

Apresentamos para o município de Pium - TO, essa proposta comercial para a contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas Transfere.gov, Transfere.to, Investsus, Sismob e FNS no município de Pium -TO.

Para este fim apresentamos a descrição do serviço e preço detalhado conforme descrito abaixo:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas Transfere.gov, Transfere.to, Investsus, Sismob e FNS no município de Pium -TO.	Meses	12	R$ 4.500,00	R$ 54.000,00
Valor total				**R$ 54.000,00**

O valor total é de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).

Validade da Proposta por 10 dias

Forma de pagamento: mensal

Todas as despesas de impostos e pessoal inclusa.

CPL
Fls. 04

Razão Social: A. S. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI-ME.

CNPJ n.º: 21.694.205/0001-98 **Inscrição Estadual n.º:** ISENTO

Endereço: QUADRA 108 SUL AV. LO 3 LT 09 SALA 01 – PLANO DIRETOR SUL CEP: 77.020-098 - PALMAS – TO

FONE: (063) 3224-6357 / (63) 98401-1545

E-mail: financeiro.a.s.servico@gmail.com

Dados Bancários – Banco do Brasil

Agencia: 1886-4 Conta Corrente: 85.825-0

Palmas – TO, 08 de janeiro de 2024.

A S SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA:21694205000194

Assinado de forma digital por A S SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA:21694205000194
Dados: 2025.01.08 15:01:44 -03'00'

A.S SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ:21.694.205/0001-94

CPL
Fls. 05

MACRO
CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS

À

Prefeitura Municipal de Pequizeiro -TO.

Proponente: MACRO GESTÃO PÚBLICA E EMPRESARIAL
CNPJ: 06.097.999/0001-15
Representante Legal: GILBERTO ANDRADE NEGREIROS
Endereço: Quadra 307 Sul, Qi 01, Rua 4, Lote 11, Palmas - TO
Telefone para contato: (63) 9 9987-2516
E- mail: macro-consultoria@hotmail.com

PROPOSTA DE PREÇO

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas Transfere.gov, Transfere.to, Investsus, Sismob e FNS no município de Pium -TO.	Meses	12	R$ 5.670,00	R$ 68.040,00

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: 68.040,00 (sessenta e oito mil e quarenta reais)

Validade do Orçamento é de 30 dias.

Palmas - TO, aos 06 de janeiro de 2025.

GILBERTO ANDRADE NEGREIROS:86763881134

Assinado de forma digital por GILBERTO ANDRADE NEGREIROS:86763881134

1134

Dados: 2025.01.06 10:05:40 -03'00'

MACRO GESTÃO PÚBLICA E EMPRESARIAL
GILBERTO ANDRADE NEGREIROS

MACHADO
Construções

CPL
Fls. 06

PROPOSTA DE SERVIÇOS

A PREFEITURA DE DOIS IRMÃOS– TO

OBJETO: Apresentamos essa proposta de preços, detalhada, conforme descrito abaixo:

INVESTIMENTOS:

ITEM	QTD	UND	DESCROÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	12	Meses	Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas Transfere.gov, Transfere.to, Investsus, Sismob e FNS no município de Pium -TO.	R$ 5.800,00	R$ 69.600,00

Valor total do Serviço: R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil

seiscentos reais reais).

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias;

Nos preços acima já estão inseridos todos os custos com impostos, transporte, hospedagem, necessários à perfeita execução do objeto;

Os serviços serão executados por profissional devidamente habilitado;

A forma de Pagamento será, a partir da apresentação da respectiva NFS

Razão Social: Machado Construções

Endereço: Quadra 1204 Sul, Alameda 06, lote 07, Plano Diretor Sul

Cidade: PALMAS – TO / CEP. 77.019-508;

Fone: (063) 98138-6709

E-mail: engdeividi92@gmail.com

Palmas – TO, 07 de janeiro de 2025.

DEIVIDI DOS SANTOS MACHADO
MACHADO CONSTRUÇÕES CNPJ: 35.709.478/0001-70

CPL
Fls. 07

AUTUAÇÃO PROCESSO

Ao Departamento de Compras e Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL de Pium – TO, Estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, **autua** o presente processo de Licitação da seguinte forma:

Processo Administrativo.....	*020/2025*
Dispensa de licitação Nº.....	*020/2025*
Objeto.....	***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS E ALIMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS TRASNSFERE.GOV, TRANSFERE.TO, SISMOB E FNS NO MUNICIPIO DE PIUM-TO.***
Solicitante.....	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Responsável	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Data	*08/01/2025*

O processo de licitação será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender a Lei federal nº 14.133/2021.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

CPL
Fls. 08

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA- DFD		
ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração de Pium - TO		
UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria de Administração	**CARGO** Secretário Municipal	**NOME** EDVAN GOMES DE OLIVEIRA

OBJETO DA DEMANDA:	
Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas Transfere.gov, Transfer.To, Investus, Sismob e FNS no município de Pium-To.	
NATUREZA DO OBJETO A SER CONTRATADO:	( ) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra. (X) Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Material de consumo ( ) Material Permanente/equipamento ( ) Obras e outros investimentos

JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas Transfere.gov, Transfer.To, Investus, Sismob e FNS, CONV, para o ano de 2025, com o intuito de contribuir e melhor informar toda a equipe administrativa municipal. Formalizar diversas ações que possam facilitar todo processo burocrático e trazer benefícios no resultado final dos processos em tramite, bem como realizar a prestação de contas. Justifica-se, ainda, pelo fato da secretaria de administração não dispor de servidor capacitado para exercer tal atividade, sendo de extrema necessidade a presente contratação para o ano de 2025, para evitar maiores prejuízos com falta de acompanhamento do sistema em questão.

PREVISÃO DA DATA, E LOCAL PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS
Os serviços serão prestados no município de Pium, sempre que quando solicitado pela secretaria de municipal de Administração;

CPL
Fls. 09

DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Informações complementares sobre a contratação estarão disponíveis no Termo de Referência e edital.

Pium , 08 de Janeiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

CPL
Fls. 10

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025.

ÓRGÃO:
Prefeitura Municipal de Pium - TO.

01 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui uma das etapas do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto e embasar o Termo de Referência ou Projeto Básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

1.2 Este estudo serve essencialmente para *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS E ALIMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS TRANSFERE.GOV, TRANSFERE.TO, INVESTUS, SISMOB E FNS NO MUNICIPIO DE PIUM-TO,* para atender as necessidades deste município, em virtude da demanda existente, que serão fornecidos nas condições estabelecidas.

1.3 O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração do edital de licitação, bem como da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também, as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

02 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A licitação como expressa o artigo 2º da Lei de Licitações destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e planejamento e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios constitucionais e administrativos, a exemplo da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, sendo que a contratação do objeto será realizada através de licitação na modalidade Pregão .

CPL
Fls. 4

2.4. Salientamos que a Prefeitura Municipal necessita dos ora solicitados, sendo que os mesmos deverá ser prestado no prédio da prefeitura municipal, no qual todas as despesas serão de reponsabilidade da contratada.

03 - ÁREA REQUISITANTE
ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração

04 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4.1 A contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição. Deve-se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento à necessidade garantindo-se a contratação.

05 - PESQUISA DE MERCADO
5.1 Foram realizadas pesquisas de preços com empresas do ramo de prestação de serviços no estado do Tocantins.
5.2 A realização de pesquisa de preço, objetivando o comportamento de mercado, foi realizado pelo setor de compras Pium - To.

06 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALORES A SEREM CONTRATADAS E DESCRIÇÃO E DATAS PREVISTAS DOS EVENTOS
6.1 Os valores e as quantidades estimadas para a contratação, serão instruídos nos autos do processo administrativo nº 004/2025, onde será apresentado o demonstrativo da pesquisa de mercado referente a prestação dos serviços à ser licitado.

6.2 Em pesquisa de preços, irá verificar o preço médio estimado cobrado no mercado para prestação dos serviços.

ITEM	Unid	Discriminação	QUA. mês	Vlrmensal	V. Total
01	srv	*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS E ALIMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS TRANSFERE.GOV, TRANSFERE.TO, INVESTUS, SISMOB E FNS NO MUNICIPIO DE PIUM-TO.*	06	**4.500,00**	**27.000,00**

07 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

CPL
Fls. 12

7.1 O objeto não é divisível, portanto, a licitação poderá ser realizada na dispensa de licitação e julgada pelo critério de menor preço mensal, no qual nesse momento, está Administração e planejamento entende que tendo uma maior concorrência para os itens em questão, traz maior segurança e agilidade para seu atendimento. Há que considerar então, que os princípios da eficiência e economicidade tão cobrados na Administração e planejamento públicos estariam sendo fielmente cumpridos, no qual verificou-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.
7.2 Portanto, a licitação poderá ser realizada na dispensa de licitação, com efeito de atingir um número maior de possíveis prestadores de serviços, privilegiando dessa forma os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

08 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO
8.1 O presente instrumento visa o planejamento da contratação de empresa especializada para prestar os serviços conforme item 1.2.

8.2 A contratação dos serviços será efetuada por meio dispensa de licitação, procedimento ao qual permite que a Administração e planejamento adquira os produtos ou serviços em consonância com as demandas das secretarias participantes, salvaguardando-se de qualquer excessos, quando desnecessário, além de se conseguir melhores preços e melhores condições para a contratação dos serviços por meio do procedimento licitatório registro de preços e sem a necessidade de prévia manifestação orçamentária e tendo em vista que há necessidade de execução parcelada, a impossibilidade de definição real de quantitativos a serem demandados.

09 - CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU DE SIGILO
09.1 - O presente estudo não se classifica como sigiloso.

10 - INSTITUCIONAL E LEGAL
10.1 Deverão, para a satisfação do procedimento licitatório em sua fase interna e externa, ser observados:

10.2 A licitação será promovida sob o prisma da Lei 14.133, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito Municipal, considerando a natureza do objeto e as condições da contratação;

11 - DURAÇÃO DO CONTRATO.
11.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, ainda, o prazo

CPL
Fls. 13

contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto na lei, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal Administração

CPL
Fls. 14

Pium – TO, 08 de janeiro de 2025.

DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 020/2025
Dispensa de Licitação

OBJETO: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS E ALIMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS TRANSFERE.GOV, TRANSFERE.TO, INVESTUS, SISMOB E FNS NO MUNICIPIO DE PIUM-TO.***

Objetivando a pratica de atos sequenciais e ordenados para atendimento das exigências das Lei n° 14.133/21, **solicito** que seja informado, pelo setor contábil, a indicação de recursos de ordem orçamentária para realizar tal despesa.

Após, encaminhe-se à Assessoria Jurídica para emissão de parecer acerca do presente processo e da minuta do contrato anexa.

RAYLLANNE GOUVEIA ARAUJO
Agente de Contratações

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ: 30.463.609/0001-68

CPL
Fls. 15

PROCESSO nº 020/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO

INDICAÇÃO DE RECURSOS

À Comissão Permanente de Licitações do Município de Pium - TO

Senhora Agente de Contratações,

Em atenção a solicitação da Sra. Agente de Contratações, informamos a existência de recurso próprio para as despesas relativas ao presente processo de dispensa de licitação, na seguinte classificação orçamentária:

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	008.0040. 12.122.0003.2006	3.3.90.39	1500

Declaro, ainda, como secretário de finanças, para fins do disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar n.º 101/01, que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira e está compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias Municipal.

Ao setor jurídico para parecer, conforme determinado.

Pium - TO, 08 de janeiro de 2025.

ANTONIO EDILSON DOS SANTOS SOUSA
Secretário Municipal de Finanças.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

MINUTA DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Nº 020/2025

Data abertura: xx de xxxxxxx de 2025

Horário: xx:xx HS

1 - PREÂMBULO:

O MUNCICIPIO DE PIUM - TO, através da Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar dispensa de licitação tipo **MENOR PREÇO MENSAL**, em EMAIL cplpiumto2021@gmail.com.to, fone: 0xx63 3368-1228, visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.** Esclarecemos que a presente contratação será regida **Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021,** em seu **ART. 75, INCISO II e Decreto Federal 10.922/21**, em consonância com o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

2 – DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM, TO, DURANTE O ANO DE 2025

Valor Estimado da presente contratação conforme planilha orçamentária no valor de R$ 54.000,00.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Os serviços e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

MINUTA

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

MINUTA

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no ART.

75, INCISO II da Lei n. 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

> ***Art. 75. É dispensável a licitação:***
> ***II. para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;***

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

4 - DA HABILITAÇÃO:

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e 65 da Lei 14.133/2021.

Para habilitação, deve ser apresentada a seguinte documentação:

Relativo à Habilitação Jurídica;

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios;

b) Registro comercial, no caso de firma individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria;

e) Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

MINUTA

g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

Relativo a Regularidade Fiscal:

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

b) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

e) Cópia dos Documentos pessoais do Sócio/Diretor da Empresa;

f) Contrato social; ou Requerimento Individual, se necessário for;

g) Cartão do CNPJ;

Relativa à qualificação econômico-financeira

a) apresentação de atestados de capacidade técnica emitida por pessoa de direito público ou privado em nome da empresa.

5 - DA RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPOSTA

A proposta de preços deve ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada e rubricadas todas as suas folhas pelo representante legal do licitante.

A proposta deverá indicar:

O preço unitário e total para a prestação de serviços, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, diretas e indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

A apresentação da proposta implica na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

MINUTA

5.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3. Após a abertura da sessão, somente serão aceitas alterações formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas.

Da Pesquisa de Preço: No processo em epígrafe, buscamos averiguar os valores praticados através de cotações.

Da Minuta do Contrato: Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES junta aos autos a Minuta do Contrato, Modelo em anexo.

6 - DA JUSTIFICATIVA:

Diz o art. 72 da Lei 14.133/2021

Do Processo de Contratação Direta

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, memorial descritivo, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos se forem o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

MINUTA

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos, do art. 72 da Lei 14.133/2021. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, I da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, a Lei n.º 14.133/21, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponda a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

MINUTA

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge

Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra Contratação Direta sem Licitação, páginas 154/159, 5ª edição, Editora

Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas as União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos – Orientações Básicas, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a ser efetuado, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.

Logo Justificamos esta Dispensa de Licitação em razão da necessidade de "Contratação de empresa habilitada para" prestação de serviços citado acima;

7 - DO PRAZO DA PROPOSTADAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

MINUTA

7.1 – O prazo de validade da proposta é aquele apresentado pela Empresa em sua proposta, ou, em não constando a validade nesta, 60 dias.

7.2 – O prazo para execução do Objeto do presente Edital será de imediato, iniciando-se este prazo juntamente com a ORDEM DE SERVIÇO.

8 – DA DOTAÇÃO E DOS PAGAMENTOS:

8.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025, conforme segue:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

8.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) dias após a prestação de serviços e apresentação da Nota fiscal.

Fiscal, contendo a modalidade e o nº. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado.

8.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

8.4 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 30 dias após a entrega dos Serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato Designado para tal finalidade.

9 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

MINUTA

9.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 5% (cinco por cento).

9.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Memorial descritivo.

9.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

MINUTA

penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3 As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.5, 9.2.6 e 9.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4 Também ficam sujeitas às penalidades com base a Lei Federal nº 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município para o recebimento judicialmente.

9.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1- É inteira responsabilidade da empresa contratada, a prestação dos serviços objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na entrega dos Serviços.

MINUTA

CPL
Fls. 26

10.2- Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

11 - DO FORO:

11.1- Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente Edital serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da Comarca de Cristalândia-TO.

12 – DA PUBLICAÇÃO:

12.1– A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no diário Municipal, e no Site do Município.

13 - CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL O SEGUINTE:

Anexo I – Termo de referência
Anexo II – Modelo da Proposta de Preços.
Anexo III – Minuta de Contrato.

PIUM - TO, em xxx de xxxxx de 2025.

Autorizado:

_____

Prefeito municipal

Comissão:

_____

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

_____

APOIO.

_____

APOIO.

MINUTA

CPL
Fls. 27

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE: Município de Pium- TO
Responsável: FERNANDO BELARMINO DA SILVA – Prefeito.

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.

2. JUSTIFICATIVA

A presente Contratação se justifica pela necessidade de suporte operacional no que refere a alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para o ano de 2025, com o intuito de contribuir e melhor informar toda a equipe administrativa municipal. Formalizar diversas ações que possam facilitar todo o processo burocrático e trazer benefícios no resultado final dos processos em trâmite, bem como realizar a prestação de contas.

Justifica-se, ainda, pelo fato da Secretária de Administração não dispor de servidor capacitado para exercer tal atividade, sendo de extrema necessidade a presente contratação para o ano de 2025, para evitar maiores prejuízos com falta de acompanhamento do sistema em questão.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	V. MENSAL	V. TOTAL
01	6 MESES	SERV	Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para atender o município de Pium- TO, durante o ano de 2025.	4.500,00	27.000,00

MINUTA

3.1 Os Serviços de Assessoria e consultoria junto aos processos de convênios realizado pela CONTRATADA, que executará todos os serviços relativos acompanhamento dos convênios e contratos de repasse de transferência da União e do Estado do Tocantins para o exercício de 2025, para atender demanda do Município de Pium – TO, conforme itens abaixo:

3.1.2 – acompanhamento, cadastramento e atualizações de gestores municipais junto aos Sistemas SICONV – Sistema de Gestão de Convênio, Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA;

3.1.3 – Acompanhamentos da Regularidade do CAUC – Cadastro Único de Convênios, com objetivo de possibilitar o município no cumprimento das vedações de transferências voluntárias estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 0101/2000;

3.1.4 – Acompanhamento dos recursos federais e estaduais, captado em exercícios anteriores, mas vigentes para o exercício atual, junto ao Sistema de Convênios e Sistemas de monitoramento do Governo Estadual;

3.1.5 – Inclusão de dados de Processo Licitatórios, Procedimentos Contratuais, Liquidação de Despesas e Pagamentos na modalidade OBTV – Ordem Bancária de Transferência Voluntária, junto aos Sistemas especificados no item 3.1.2;

3.1.6 – Realização de Relatórios a ser encaminhado ao órgão mandatário e órgão concedente, das despesas realizadas em convênios federais e estaduais;

3.1.7 – Realização de reuniões mensais com o órgão mandatário, na Superintendência da CAIXA em Palmas – TO, com objetivo de dirimir diligências e inconformidades dos procedimentos de gestão de execução dos recursos captados;

3.1.8 – Realização das Prestações de Contas Parciais e Finais dos recursos federais, junto aos Sistema SICONV;

3.1.9 – Realização das Prestações de Contas Parciais e Finais dos recursos estaduais, com formulários diversos, previsto na legislação vigente;

3.1.10 – Serviços de Protocolo de documentos diversos, vinculados a gestão de captação de recursos federais e estaduais, em Palmas- TO e Brasília;

3.1.11– Acompanhamentos dos procedimentos de Tomada de Contas Especial de recursos captados no governo federal e estadual.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

4.1 - Fica a contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, toda as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.2 - Cumprir o objeto do presente instrumento, seguindo a legislação vigente, inclusive as Instruções Normativas do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE e TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, atendendo prontamente a todas as consultas e solicitações, prioritariamente aos demais compromissos profissionais.

4.3 - Manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

MINUTA

CPL
Fls. 29

4.4 – Emitir relatórios detalhados constando a situação de cada convênio vigente sempre que solicitada;
4.5- Após o Encerramento do Exercício, emitir um Relatório Final ao CONTRATANTE expondo os fatos encontrados a quando dos levantamentos.
4.6 - Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente contrato.
4.7 - O proponente obriga-se a executar o serviço de forma adequada e que venha satisfazer a o interesse público.
4.8 - Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;
4.9 – Demais obrigações resultantes da observância da Lei n.º 14.133/2021.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Uma vez decidida a contratação, o Executivo Municipal obriga-se a:

5.1. Efetuar o pagamento de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como no contrato.
5.2. Exigir o fiel cumprimento do TR e Contrato, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.
5.3.Ceder ao(s) empregado(s) da CONTRATADA um local apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos, quando necessário.
5.4. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado;
5.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.
5.6. Designar gestor para acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
5.7. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.
5.8. A CONTRATANTE, pelo seu titular, é a única responsável pelos atos de gestão administrativa que sejam praticados.

6- DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2025.

7 - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E DAS SANÇÕES

7.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei n. 14.133/21, nas formas previstas no artigo 138 da Lei n.º 14.133/21, podendo acarretar as consequências previstas no artigo 139 da mesma lei.

MINUTA

7.2 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
7.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
7.4 No processo de apuração de infração e de aplicação de qualquer uma das sanções acima será observado o disposto nos parágrafos 1º a 9º do artigo 156 da Lei n.º 14.133/21, bem como os artigos 157 a 163 da referida norma.

8 - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

8.1. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de serviços que se fizerem necessários, até os limites previstos no art 125 da Lei n.º 14.133/2021, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de termo aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do CONTRATANTE.

9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9. A despesa com a presente licitação correrá a conta da Dotação Orçamentária:

MINUTA

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;

Unidade: **0002** – Administração Geral;

Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;

Elementos de Despesas: **3.3.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços, em moeda corrente, através de transferência Bancária, em até 30 (trinta) dias após o atesto pelo setor competente da Nota Fiscal/Fatura apresentada mensal, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e que não haja fator impeditivo imputável à licitante vencedora.

10.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária e pagamento do serviço prestado.

10.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicada. Sendo a licitante contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES NACIONAL, deverá fazer constar na nota fiscal a informação/legislação que garante a isenção de tais impostos.

11 – DAS PENALIDADES

11.1. O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor proporcional ao bem integrante do respectivo item não entregue ou cumprido, sem prejuízo das demais sanções, nos termos do artigo 162 da Lei 14.133/2021, não impedindo a aplicação das demais penalidades, quais sejam:

a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%;

MINUTA

b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do bem em atraso, limitada ao máximo de 10%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Executivo.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Poder Executivo Municipal poderá, garantida a prévia defesa da licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções.

a) advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a prestação dos serviços dos bens, a critério do Executivo Municipal;

b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor da nota de empenho;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos.

11.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Conta Única da Prefeitura Municipal, via depósito identificado, com código fornecido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;

11.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pelo Executivo Municipal.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Será designado pela autoridade competente o responsável pela fiscalização da execução dos serviços oriundos desta contrataçao, conforme preceitua o a Lei 14.133/2021.

MINUTA

12.2 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.
12.3 A fiscalização exercida pela Contratante não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, durante a vigência do contrato, bem como pelo prazo de objeto, por danos causados diretamente à Administração ou a teceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, e na sua ocorência, não implica responsabilidade do Poder Público ou de seus servidores .

13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

13.1. Na Secretaria Municipal de Administração, situada na sede da Prefeitura Municipal c Pium – TO.

Pium - TO, XXX de XXXXX de 2025.

Documento elaborado por:

Guilherme Pereira Cruz
Diretor de Compras

Aprovado por:

Prefeito Municipal

MINUTA

CPL
Fls. 34

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PRECOS

LOCAL E DATA

Ao Município de PIUM –TO.

Comissão de contratação

Objeto: Execução dos serviços de _____ **no Município de** PIUM

Ref.: Dispensa de Licitação nº XXX/XXXX

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	V. MENSAL	V. TOTAL
01	6 MESES	SERV	Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para atender o município de Pium- TO, durante o ano de 2025.	4.500,00	54.000,00

Prezado Senhores:

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sa., a nossa proposta de preços relativa a Licitação em epígrafe. Declaramos que os preços para execução dos serviços será de R$ (.....).

Na hipótese de ser adjudicado a esta firma o objeto licitado, o representante legal para Assinatura do Contrato ou qualquer outro documento será:

NOME: _____ **ESTADO CIVIL:** _____

PROFISSÃO: _____ **CARTEIRA DE IDENTIDADE:** _____

CIC / MF Nº _____ **CARGO:** _____

ENDEREÇO: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FIRMA

MINUTA

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CARIMBO

FIRMA PROPONENTE

ANEXO IV

MINUTA

CPL
Fls. 36

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025

Termo de Contrato celebrado entre o **Município de PIUM** e _____, referente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Pium, Estado do Tocantins, à Avenida _____, S/Nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo gestor Sr. _____, brasileiro, inscrito sob o nº ___, C.I. nº _____ SSP/to, portador do C.P.F. nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, e _____, _____, com sede e foro na _____, _____ , inscrita no CPF/C.N.P.J. sob o nº_____,doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Representante Legal, _____, _____, _____, _____, residente e domiciliado em _____/___, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela **ASSESSORIA JURIDICA**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025**

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As aquisições deste Contrato possuem suas especificações, quantidades e observações do Objeto dispensa **Processo nº 020/2025** parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Pela prestação dos serviços o Contratante pagará ao contratado o valor de R$_____ ( ), em 12 parcelas de R$ _____( ), citado na cláusula primeira.

MINUTA

CPL
Fls. 37

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CLÁUSULA TERCEIRA – O licitante vencedor deverá obedecer às disposições estabelecidas para o serviço objeto deste processo licitatório;
CLÁUSULA QUARTA – Das Penalidades:
I - O Contratado que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeita às penalidades previstas pela lei 14.133/2021;
CLÁUSULA QUINTA - São requisitos necessários dos condutores da Contratada para prestarem os serviços deste instrumento, entre outros determinados pela legislação:
CLÁUSULA SEXTA - Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos com a manutenção do equipamento, seguros obrigatórios, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.
CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da realização do serviço objeto, onde serão efetuados pagamentos através de Ordem Bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal com atesto de conformidade do fiscal dos serviços executados no período.

A despesa com a prestação dos serviços objeto do presente Edital correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento terá a seguinte vigência após a **homologação até 12 meses,** após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias mediante termo aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA NONA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:
I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
III – Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos da lei 14.133/2021
IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
V - No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;

MINUTA

CPL
Fls. 38

CLÁUSULA DÉCIMA – O pagamento do ISSQN será descontado do valor pago pela prestação dos serviços.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São responsáveis pela execução deste Contrato: Pelo CONTRATANTE o Sr _____; Pelo contratado o Sr._____.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato está vinculado ao **Edital n° ____/2025.**

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos, no prazo de 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, apos as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

Fica facultado à Prefeitura a antecipação de pagamentos de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

Servir-se dos equipamentos exclusivamente para os fins convencionados.

Levar ao conhecimento do CONTRATANTE as turbações de terceiros.

Fornecer o combustível necessário, do veículo destinado à realização do serviço objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – São obrigações do Contratado:
a) O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância da lei vigente.

b) Antes de iniciar as atividades, apregoar logomarca do Município, conforme especificação fornecida pelo CONTRATANTE.

c) Assumir as despesas de manutenção, operador, inclusive danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença.

d)Manter os equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e condições de uso, observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

e) executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do município;
f) responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
g) cumprir portarias e Resoluções do Município;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independentemente da conclusão de seu prazo:
a) manifesta deficiência do serviço;
b) reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
c) falta grave a juízo do município;

MINUTA

CPL
Fls. 39

d) abandono total ou parcial do serviço;
e) falência ou insolvência;
f) não der início às atividades no prazo previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro da comarca de Cristalândia – TO, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, que declaram conhecer todas as Cláusulas contratadas.

PIUM-TO, aos _____ de _____ de 2025.

_____
Prefeito municipal

Representante Legal da Contratada

TESTAMUNHAS: 1-_____ 2-_____
CPF: CPF

MINUTA

CPL
Fls. 40

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Processo nº 020/2025
SOLICITANTE: Prefeitura Municipal de Pium/TO
SOLICITADO: Assessoria Jurídica
OBJETO: Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios Federais, Estaduais, para captação na plataforma mais Brasil, SIMOB, FNS,CONV E SIGA, para atender o Município de Pium-TO, durante o ano de 2025.

I- DO PROCESSO

Chegaram os autos administrativos para emissão de parecer quanto à possibilidade jurídica da dispensa de licitação que tem como objeto **contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios Federais, Estaduais, para captação na plataforma mais Brasil, SIMOB, FNS,CONV E SIGA, para atender o Município de Pium-TO, durante o ano de 2025.**

A supracitada contratação por meio de Dispensa de Licitação, tem como fulcro o art. 75, inciso II da Nova de Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

II- PRELIMINAR

De início, ressalte-se que este parecer é opinativo e presta a consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito governamental, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

III- DA FUNDAMENTAÇÃO

III.I – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO – NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Sobre a contratação em epígrafe, primeiramente, é preciso analisar sob o prisma do art. 75, II da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, *in verbis*:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil reais setecentos e vinte cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;"

Nesse passo, importante destacar que, com a vigência da nova lei de licitações (14.133/2021), o valor antes previsto no Decreto Federal nº 9.412/2018 de 18 de junho de 2018), de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), foi atualizado e passou a ser de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **O valor foi atualizado conforme Decreto nº 12.343/2024 de 30 de dezembro de 2024, passando para 62.725,59 (sessenta e dois mil reais setecentos e vinte cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras**

Em análise ao processo, nota-se que o valor se encontra dentro do limite previsto no artigo 75, II da Lei nº 14.133/21 para contratação de serviços e compras.

IV- DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. PESQUISA DE PREÇO. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Uma vez iniciado o processo de dispensa de licitação através da Lei nº 14.133 de 2021, o mesmo deverá, em sua totalidade obedecer a legislação escolhida. Dessa forma, para o presente processo de dispensa, recomenda-se à Administração Pública juntar autos administrativos, toda a documentação exigida no art. 72 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Senão, vejamos:

"Art. 72. **O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação,** deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - Razão da escolha do contratado;

CPL
FLS 42

VII - justificativa de preço;
VIII - autorização da autoridade competente."

Quanto à justificativa de preço, é essencial para comprovar que o preço ajustado é compatível com o valor praticado pelo mercado, quer seja em qualquer procedimento licitatório, procedimento de contratação (como, por exemplo, nas prorrogações de contratos), ou ainda nas contratações diretas, dispensáveis ou inexigíveis.

Ademais, destaca-se que a justificativa do preço se fundamenta em uma prévia cotação de preço junto a um banco de preços, as contratações similares de outros entes públicos, as mídias especializadas, a outros fornecedores, ou por outro meio idôneo que possa a aferir o valor médio de mercado em contratações similares.

V- DA MINUTA DO CONTRATO

Passamos agora à análise dos elementos abordados na minuta do contrato e sua concordância com as imposições do art. 92 da Nova Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a **obrigatoriedade de abordagem das seguintes cláusulas nos contratos administrativos**, podendo estas ser suprimidas ou acrescidas, conforme o caso:

"Art. 92. **São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:**

I - o objeto e seus elementos característicos;
II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da

Nadia

classificação funcional programática e da categoria econômica;
IX - a matriz de risco, quando for o caso;
X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção."

Dessa feita, observa-se que a minuta de contrato cumpre com os critérios obrigatórios estipulados em lei preenchendo todos os requisitos.

VI- DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela possibilidade jurídica do processo de Dispensa de Licitação**, ressaltando a importância e obrigatoriedade da autoridade competente para proceder a formalização do contrato com aquele que obteve a melhor proposta, atendendo assim, a legislação.

Recomenda-se a nomeação de fiscal de contrato, para quando da formalização deste, nos termos do art. 117 c/c art. 7º da Lei nº 14.133/2021, para emitir relatório sobre o efetivo cumprimento do serviço.

CPL: 44

Cumpre apenas esclarecer que não cabe à assessoria jurídica avaliar critérios de vantagem e conveniência na aquisição, pois, trata-se de prerrogativas exclusivas da gestão pública, dessa forma, desde que o entendimento o interesse público e as demais orientações técnicas apresentadas, entendo que a contratação poderá ser efetivada, de forma direta, tendo em vista que, a referida contratação enquadra-se nas hipóteses de dispensa de licitação, definida no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021.

Este parecer **está adstrito a análise formal do processo, sem, contudo, adentrar na oportunidade e conveniência, analisar ou acompanhar a execução do referido objeto,** o qual estará sob a responsabilidade do ordenador de despesas e Fiscal do contrato.

Opina-se, também, que o Gestor promova o estudo prévio, a fim de que a contratação compreenda as aquisições do exercício em curso, **evitando possível fracionamento e se for o caso proceder à licitação prévia.**

Finalmente, é nosso dever salientar que este parecer **não possui caráter vinculativo,** sendo realizado apenas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

É o nosso parecer, s.m.j.

Pium/TO, 10 de janeiro de 2025.

PUBLIO BORGES ALVES

Assinado de forma digital por PUBLIO BORGES ALVES. Dados: 2025.01.13 12:26:24 -03'00'

PÚBLIO BORGES ALVES
OAB/TO 2.365
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE PIUM/TO

Nadja Jussara P. Araújo

NADJA JUSSARA PONTE ARAÚJO
OAB/TO 13.259

CPL
Fls. 45

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PIUM – TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.

PROCESSO Nº 020/2025 **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025**

As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 17 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpiumto2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico **www.pium.to.gov.br.**

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

SETOR DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PIUM - TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.

PROCESSO Nº 019/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA DE ENGENHARIA AMBIENTAL JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA PONTUAÇÃO NO ICMS ECOLÓGICO E IMPUGNAÇÃO NESTE ANO DE 2025, SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL REFERENTE AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE PIUM - TO, ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS EM RESPOSTA A PROCESSOS JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS E AUXILIO NAS RESPOSTAS DOS QUESTIONAMENTOS AMBIENTAIS SNIS, IEGN, SIGERS E SINIR, REFERENTES AO MUNICIPIO DE PIUM - TO

As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 17 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpiumto2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PIUM - TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.

PROCESSO Nº 020/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025

As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 17 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpiumto2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

CPL
Fls. 46

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo de Educação de Pium - TO, torna público que realizara a licitação a seguir caracterizada:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 - dia 23 de Janeiro de 2025 às 14:30, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, FORMALIZAÇÃO DE ARP PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTICIOS (MERENDA ESCOLAR) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIUM. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

5500824363043439 31

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO: Nº 020/2025
Data abertura: 17 de Janeiro de 2025
Horário: 17:00 HS.

1 - PREÂMBULO:

O MUNCICIPIO DE PIUM - TO, através da Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar dispensa de licitação tipo **MENOR PREÇO MENSAL**, em EMAIL cplpiumto2021@gmail.com.to, fone: 0xx63 3368-1228, visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.** Esclarecemos que a presente contratação será regida **Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021,** em seu **ART. 75, INCISO II e Decreto Federal 10.922/21**, em consonância com o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

2 – DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025

Valor Estimado da presente contratação conforme planilha orçamentária no valor de R$ 27.000,00.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Os serviços e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

> *(...)*
> *"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no ART.

75, INCISO II da Lei n. 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

> ***Art. 75. É dispensável a licitação:***
> ***II. para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;***

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

4 - DA HABILITAÇÃO:

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e 65 da Lei 14.133/2021.

Para habilitação, deve ser apresentada a seguinte documentação:

Relativo à Habilitação Jurídica;

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios;

b) Registro comercial, no caso de firma individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria;

e) Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

Relativo a Regularidade Fiscal:

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

b) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

e) Cópia dos Documentos pessoais do Sócio/Diretor da Empresa;

f) Contrato social; ou Requerimento Individual; se necessário for;

g) Cartão do CNPJ;

Relativa à qualificação econômico-financeira

a) apresentação de atestados de capacidade técnica emitida por pessoa de direito público ou privado em nome da empresa.

5 - DA RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPOSTA

A proposta de preços deve ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada e rubricadas todas as suas folhas pelo representante legal do licitante.

A proposta deverá indicar:

O preço unitário e total para a prestação de serviços, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, diretas e indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

A apresentação da proposta implica na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3. Após a abertura da sessão, somente serão aceitas alterações formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas.

Da Pesquisa de Preço: No processo em epígrafe, buscamos averiguar os valores praticados através de cotações.

Da Minuta do Contrato: Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES junta aos autos a Minuta do Contrato, Modelo em anexo.

6 - DA JUSTIFICATIVA:

Diz o art. 72 da Lei 14.133/2021

Do Processo de Contratação Direta

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa

de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, memorial descritivo, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos se forem o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

CPL
Fls. 52

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos, do art. 72 da Lei 14.133/2021. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, I da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, a Lei n.º 14.133/21, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponda a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge

Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra Contratação Direta sem Licitação, páginas 154/159, 5ª edição, Editora

Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas as União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos – Orientações Básicas, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a ser efetuado, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.

Logo Justificamos esta Dispensa de Licitação em razão da necessidade de "Contratação de empresa habilitada para" prestação de serviços citado acima;

7 - DO PRAZO DA PROPOSTADAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

CPL
Fls. 54

7.1 – O prazo de validade da proposta é aquele apresentado pela Empresa em sua proposta, ou, em não constando a validade nesta, 60 dias.

7.2 – O prazo para execução do Objeto do presente Edital será de imediato, iniciando-se este prazo juntamente com a ORDEM DE SERVIÇO.

8 – DA DOTAÇÃO E DOS PAGAMENTOS:

8.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025, conforme segue:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

8.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) dias após a prestação de serviços e apresentação da Nota fiscal.

Fiscal, contendo a modalidade e o nº. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado.

8.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

8.4 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 30 dias após a entrega dos Serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato Designado para tal finalidade.

9 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 5% (cinco por cento).

9.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Memorial descritivo.

9.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

CPL
Fls. 56

penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3 As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.5, 9.2.6 e 9.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4 Também ficam sujeitas às penalidades com base a Lei Federal nº 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município para o recebimento judicialmente.

9.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1- É inteira responsabilidade da empresa contratada, a prestação dos serviços objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na entrega dos Serviços.

CPL
Fls. 57

10.2- Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

11 - DO FORO:

11.1- Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente Edital serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da Comarca de Cristalândia-TO.

12 – DA PUBLICAÇÃO:

12.1– A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no diário Municipal, e no Site do Município.

13 - CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL O SEGUINTE:

Anexo I – Termo de referência
Anexo II – Modelo da Proposta de Preços.
Anexo III – Minuta de Contrato.

PIUM - TO, em 13 de Janeiro de 2025.

Autorizado:

Prefeito municipal

Comissão:

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

APOIO.

APOIO.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que move!

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE: Município de Pium- TO
Responsável: FERNANDO BELARMINO DA SILVA – Prefeito.

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.

2. JUSTIFICATIVA

A presente Contratação se justifica pela necessidade de suporte operacional no que refere a alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para o ano de 2025, com o intuito de contribuir e melhor informar toda a equipe administrativa municipal. Formalizar diversas ações que possam facilitar todo o processo burocrático e trazer benefícios no resultado final dos processos em trâmite, bem como realizar a prestação de contas.

Justifica-se, ainda, pelo fato da Secretária de Administração não dispor de servidor capacitado para exercer tal atividade, sendo de extrema necessidade a presente contratação para o ano de 2025, para evitar maiores prejuízos com falta de acompanhamento do sistema em questão.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	V. MENSAL	V. TOTAL
01	6 MESES	SERV	Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para atender o município de Pium- TO, durante o ano de 2025.	4.500,00	27.000,00

3.1 Os Serviços de Assessoria e consultoria junto aos processos de convênios realizado pela CONTRATADA, que executará todos os serviços relativos acompanhamento dos convênios e contratos de repasse de transferência da União e do Estado do Tocantins para o exercício de 2025, para atender demanda do Município de Pium – TO, conforme itens abaixo:

3.1.2 – acompanhamento, cadastramento e atualizações de gestores municipais junto aos Sistemas SICONV – Sistema de Gestão de Convênio, Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA;

3.1.3 – Acompanhamentos da Regularidade do CAUC – Cadastro Único de Convênios, com objetivo de possibilitar o município no cumprimento das vedações de transferências voluntárias estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 0101/2000;

3.1.4 – Acompanhamento dos recursos federais e estaduais, captado em exercícios anteriores, mas vigentes para o exercício atual, junto ao Sistema de Convênios e Sistemas de monitoramento do Governo Estadual;

3.1.5 – Inclusão de dados de Processo Licitatórios, Procedimentos Contratuais, Liquidação de Despesas e Pagamentos na modalidade OBTV – Ordem Bancária de Transferência Voluntária, junto aos Sistemas especificados no item 3.1.2;

3.1.6 – Realização de Relatórios a ser encaminhado ao órgão mandatário e órgão concedente, das despesas realizadas em convênios federais e estaduais;

3.1.7 – Realização de reuniões mensais com o órgão mandatário, na Superintendência da CAIXA em Palmas – TO, com objetivo de dirimir diligências e inconformidades dos procedimentos de gestão de execução dos recursos captados;

3.1.8 – Realização das Prestações de Contas Parciais e Finais dos recursos federais, junto aos Sistema SICONV;

3.1.9 – Realização das Prestações de Contas Parciais e Finais dos recursos estaduais, com formulários diversos, previsto na legislação vigente;

3.1.10 – Serviços de Protocolo de documentos diversos, vinculados a gestão de captação de recursos federais e estaduais, em Palmas- TO e Brasília;

3.1.11– Acompanhamentos dos procedimentos de Tomada de Contas Especial de recursos captados no governo federal e estadual.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

4.1 - Fica a contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, toda as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.2 - Cumprir o objeto do presente instrumento, seguindo a legislação vigente, inclusive as Instruções Normativas do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE e TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, atendendo prontamente a todas as consultas e solicitações, prioritariamente aos demais compromissos profissionais.

4.3 - Manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

4.4 – Emitir relatórios detalhados constando a situação de cada convênio vigente sempre que solicitada;
4.5- Após o Encerramento do Exercício, emitir um Relatório Final ao CONTRATANTE expondo os fatos encontrados a quando dos levantamentos.
4.6 - Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente contrato.
4.7 - O proponente obriga-se a executar o serviço de forma adequada e que venha satisfazer a o interesse público.
4.8 - Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;
4.9 – Demais obrigações resultantes da observância da Lei n.° 14.133/2021.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Uma vez decidida a contratação, o Executivo Municipal obriga-se a:

5.1. Efetuar o pagamento de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como no contrato.
5.2. Exigir o fiel cumprimento do TR e Contrato, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.
5.3.Ceder ao(s) empregado(s) da CONTRATADA um local apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos, quando necessário.
5.4. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado;
5.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.
5.6. Designar gestor para acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
5.7. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.
5.8. A CONTRATANTE, pelo seu titular, é a única responsável pelos atos de gestão administrativa que sejam praticados.

6- DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato vigorará por 06 (seis) a partir da data de sua assinatura.

7 - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E DAS SANÇÕES

7.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei n. 14.133/21, nas formas previstas no artigo 138 da Lei n.° 14.133/21, podendo acarretar as consequências previstas no artigo 139 da mesma lei.

CPL
Fls. 69

7.2 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
7.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
7.4 No processo de apuração de infração e de aplicação de qualquer uma das sanções acima será observado o disposto nos parágrafos 1º a 9º do artigo 156 da Lei n.º 14.133/21, bem como os artigos 157 a 163 da referida norma.

8 - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

8.1. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de serviços que se fizerem necessários, até os limites previstos no art 125 da Lei n.º 14.133/2021, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de termo aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do CONTRATANTE.

9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9. A despesa com a presente licitação correrá a conta da Dotação Orçamentária:

CPL
Fls. 62

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;

Unidade: **0002** – Administração Geral;

Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;

Elementos de Despesas: **3.3.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços, em moeda corrente, através de transferência Bancária, em até 30 (trinta) dias após o atesto pelo setor competente da Nota Fiscal/Fatura apresentada mensal, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e que não haja fator impeditivo imputável à licitante vencedora.

10.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária e pagamento do serviço prestado.

10.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicada. Sendo a licitante contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES NACIONAL, deverá fazer constar na nota fiscal a informação/legislação que garante a isenção de tais impostos.

11 – DAS PENALIDADES

11.1. O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor proporcional ao bem integrante do respectivo item não entregue ou cumprido, sem prejuízo das demais sanções, nos termos do artigo 162 da Lei 14.133/2021, não impedindo a aplicação das demais penalidades, quais sejam:

a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%;

CPL
Fls. 63

b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do bem em atraso, limitada ao máximo de 10%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Executivo.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Poder Executivo Municipal poderá, garantida a prévia defesa da licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções.

a) advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a prestação dos serviços dos bens, a critério do Executivo Municipal;

b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor da nota de empenho;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos.

11.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Conta Única da Prefeitura Municipal, via depósito identificado, com código fornecido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;

11.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pelo Executivo Municipal.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Será designado pela autoridade competente o responsável pela fiscalização da execução dos serviços oriundos desta contrataçao, conforme preceitua o a Lei 14.133/2021.

CPL
Fls. 64

12.2 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.
12.3 A fiscalização exercida pela Contratante não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, durante a vigência do contrato, bem como pelo prazo de objeto, por danos causados diretamente à Administração ou a teceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, e na sua ocorência, não implica responsabilidade do Poder Público ou de seus servidores .

13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

13.1. Na Secretaria Municipal de Administração, situada na sede da Prefeitura Municipal de Pium – TO.

Pium - TO, XXX de XXXXX de 2025.

Documento elaborado por:

Guilherme Pereira Cruz
Diretor de Compras

Aprovado por:

Prefeito Municipal

CPL
Fls. 65

GOVERNO DE PIUM

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PRECOS

LOCAL E DATA

Ao Município de PIUM –TO.

Comissão de contratação

Objeto: Execução dos serviços de _____ **no Município de** PIUM

Ref.: Dispensa de Licitação nº XXX/XXXX

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	V. MENSAL	V. TOTAL
01	6 MESES	SERV	Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para atender o município de Pium- TO, durante o ano de 2025.	4.500,00	27.000,00

Prezado Senhores:

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sa., a nossa proposta de preços relativa a Licitação em epígrafe. Declaramos que os preços para execução dos serviços será de R$ (.....).

Na hipótese de ser adjudicado a esta firma o objeto licitado, o representante legal para Assinatura do Contrato ou qualquer outro documento será:

NOME: _____ **ESTADO CIVIL:** _____

PROFISSÃO: _____ **CARTEIRA DE IDENTIDADE:** _____

CIC / MF Nº _____ **CARGO:** _____

ENDEREÇO: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FIRMA

CPL
Fls. 66

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CARIMBO

FIRMA PROPONENTE

ANEXO IV

CPL
Fls. 67

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025

Termo de Contrato celebrado entre o **Município de PIUM** e _____, referente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Pium, Estado do Tocantins, à Avenida _____, S/Nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo gestor Sr. _____, brasileiro, inscrito sob o nº ___, C.I. nº _____ SSP/to, portador do C.P.F. nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, e _____, _____, com sede e foro na _____,_____ , inscrita no CPF/C.N.P.J. sob o nº_____,doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Representante Legal, _____, _____, _____, _____, residente e domiciliado em _____/___, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº_____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela **ASSESSORIA JURIDICA**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025**

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As aquisições deste Contrato possuem suas especificações, quantidades e observações do Objeto dispensa **Processo nº 020/2025** parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Pela prestação dos serviços o Contratante pagará ao contratado o valor de R$_____ ( ), em 12 parcelas de R$ _____( ), citado na cláusula primeira.

CPL
Fls. 68

CLÁUSULA TERCEIRA – O licitante vencedor deverá obedecer às disposições estabelecidas para o serviço objeto deste processo licitatório;
CLÁUSULA QUARTA – Das Penalidades:
I - O Contratado que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeita às penalidades previstas pela lei 14.133/2021;
CLÁUSULA QUINTA - São requisitos necessários dos condutores da Contratada para prestarem os serviços deste instrumento, entre outros determinados pela legislação:
CLÁUSULA SEXTA - Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos com a manutenção do equipamento, seguros obrigatórios, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.
CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da realização do serviço objeto, onde serão efetuados pagamentos através de Ordem Bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal com atesto de conformidade do fiscal dos serviços executados no período.

A despesa com a prestação dos serviços objeto do presente Edital correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento terá a seguinte vigência após a **homologação até 06 meses,** após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias mediante termo aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA NONA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:
I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
III – Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos da lei 14.133/2021
IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
V - No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

CLÁUSULA DÉCIMA – O pagamento do ISSQN será descontado do valor pago pela prestação dos serviços.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São responsáveis pela execução deste Contrato: Pelo CONTRATANTE o Sr _____; Pelo contratado o Sr._____.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato está vinculado ao **Edital n° ____/2025**.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos, no prazo de 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, apos as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

Fica facultado à Prefeitura a antecipação de pagamentos de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

Servir-se dos equipamentos exclusivamente para os fins convencionados.

Levar ao conhecimento do CONTRATANTE as turbações de terceiros.

Fornecer o combustível necessário, do veículo destinado à realização do serviço objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – São obrigações do Contratado:
a) O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância da lei vigente.

b) Antes de iniciar as atividades, apregoar logomarca do Município, conforme especificação fornecida pelo CONTRATANTE.

c) Assumir as despesas de manutenção, operador, inclusive danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença.

d)Manter os equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e condições de uso, observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

e) executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do município;
f) responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
g) cumprir portarias e Resoluções do Município;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independentemente da conclusão de seu prazo:
a) manifesta deficiência do serviço;
b) reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
c) falta grave a juízo do município;

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

d) abandono total ou parcial do serviço;
e) falência ou insolvência;
f) não der início às atividades no prazo previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro da comarca de Cristalândia – TO, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, que declaram conhecer todas as Cláusulas contratadas.

PIUM-TO, aos _____ de _____ de 2025.

_____
Prefeito municipal

Representante Legal da Contratada

TESTAMUNHAS: *1-*_____ *2-*_____
CPF: *CPF*

CPL
Fls. 71

COMPLIANCE
Soluções em gestão pública

PROPOSTA DE PREÇOS

Palmas – TO, 16 de janeiro de 2025.

Ao Município de PIUM –TO.

Comissão de contratação

Objeto: Execução dos serviços de apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para atender o município de Pium- TO, durante o ano de 2025 **no Município de PIUM – TO.**

Ref.: Dispensa de Licitação nº 020/2025

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública.

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	V. MENSAL	V. TOTAL
01	6 MESES	SERV	Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para atender o município de Pium- TO, durante o ano de 2025.	3.950,00	23.700,00

Prezado Senhores:

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sa., a nossa proposta de preços relativa a Licitação em epígrafe. Declaramos que os preços para execução dos serviços será de R$ 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais) mensal, perfazendo o valor total de R$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais).

Na hipótese de ser adjudicado a esta firma o objeto licitado, o representante legal para Assinatura do Contrato ou qualquer outro documento será:

CPL
Fls. 72

COMPLIANCE
Soluções em gestão pública

NOME: DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA **ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO

PROFISSÃO: ADVOGADO **CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 13.179 OAB/TO

CIC / MF Nº 063.432.371- 78 CARGO: ADVOGADO

ENDEREÇO: Palmas - TO, na QUADRA ARSE 101 Alameda 11, no SN, COND RESIDENCIAL VITORIA;BLOCO C;, Plano Diretor Sul, CEP: 77023-512;

DADOS DA EMPRESA:

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA
CNPJ: 57.651.792/0001-81

EMAIL: compliancegpublica@gmail.com

CONTATO: (063) 99119-6581 / 99236-1397

ENDEREÇO: QUADRA ACSV SE 102 AV LO 23 LOTE 01, nº SN, SALA 05; Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77023528.
DADOS BANCÁRIOS: AG: 0001 / CC: 817496975-9 / BANCO: NUBANK

gov.br Documento assinado digitalmente
DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA
Data: 16/01/2025 15:37:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA (Responsável Técnico)
OAB Nº 13.179
COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA
CNPJ: 57.651.792/0001-81

Faculdade Unypública

FACULDADE UNYPUBLICA

CERTIFICADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor Geral da Faculdade Unypublica no uso de suas atribuições, confere o Título de Especialista a

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em ***MBA em Finanças Públicas Municipais****, com 480 horas, aprovado pelo Diretor de Pós-Graduação conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, com o percurso do aluno no período de 13/08/2024 a 14/12/2024.*

Curitiba, 18 de dezembro de 2024.

Jonias de Oliveira e Silva
Diretor Geral

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira
Concluinte

Fls. 73

*Aluno: **Diogo Vinicius Fernandes Teixeira***
*Curso: **MBA em Finanças Públicas Municipais***

*CPF: **063.432.371-78***
*Área de Conhecimento (CAPES/CNPQ): **Negócios, administração e direito***

Disciplina	*Ministrante*	*Titulação*	*CH*	*Nota*	*Frequência(%)*	*Situação Final*
Noções de Gestão Pública	*Janete Probst Munhoz*	*Doutorado*	*100h*	*9,20*	*100*	*Aproveitamento*
Processos Gerenciais da Gestão Pública	*Leonardo Cristiano da Silva*	*Mestrado*	*95h*	*9,80*	*100*	*Aproveitamento*
Finanças Públicas Municipais	*Jonias de Oliveira e Silva*	*Especialização*	*135h*	*9,40*	*100*	*Aprovado*
Responsabilizações por Atos, Omissões e Ações Administrativa	*Cassius Mozart Santana*	*Especialização*	*90h*	*7,40*	*100*	*Aproveitamento*
Gestão Pública 4.0	*Ana Cristina Martins Alessi*	*Especialista*	*60h*	*8,80*	*100*	*Aprovado*

Credenciada para oferta em EAD pela Portaria nº 615 de 09/08/2021, publicado no D.O.U de 11/08/2021. Este curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018. Atendendo as exigências da lei nº 9.394/1996, do CNE.

Curitiba, 18 de dezembro de 2024
Faculdade Unypublica - CNPJ: 45.597.714/0001-67
Rua Voluntários da Pátria, nº 547 - Centro - CEP 80.020-000 - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 3653-3031 (Secretaria de Pós-Graduação)

CPL
Fls. 24

Faculdade Unypública

FACULDADE UNYPUBLICA

CERTIFICADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ORDEM E PROGRESSO

Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor Geral da Faculdade Unypublica no uso de suas atribuições, confere o Título de Especialista a

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em ***MBA em Gestão de Convênios Municipais****, com 480 horas, aprovado pelo Diretor de Pós-Graduação conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, com o percurso do aluno no período de 13/08/2024 a 14/12/2024.*

Curitiba, 18 de dezembro de 2024.

Jonias de Oliveira e Silva
Diretor Geral

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira *Concluinte*

CPL Fls. 75

Aluno: ***Diogo Vinicius Fernandes Teixeira***
Curso: ***MBA em Gestão de Convênios Municipais***

CPF: ***063.432.371-78***
Área de Conhecimento (CAPES/CNPQ): ***Negócios, administração e direito***

Disciplina	***Ministrante***	***Titulação***	***CH***	***Nota***	***Frequência(%)***	***Situação Final***
Noções de Gestão Pública	*Janete Probst Munhoz*	*Doutorado*	*100h*	*9,20*	*100*	*Aproveitamento*
Processos Gerenciais da Gestão Pública	*Leonardo Cristiano da Silva*	*Mestrado*	*95h*	*9,80*	*100*	*Aproveitamento*
Gestão de Convênios Municipais	*Jonias de Oliveira e Silva*	*Especialização*	*135h*	*10,00*	*100*	*Aprovado*
Responsabilizações por Atos, Omissões e Ações Administrativa	*Cassius Mozart Santana*	*Especialização*	*90h*	*7,40*	*100*	*Aproveitamento*
Cidades Inteligentes	*Ana Cristina Martins Alessi*	*Especialista*	*60h*	*9,00*	*100*	*Aproveitamento*

Credenciada para oferta em EAD pela Portaria nº 615 de 09/08/2021, publicado no D.O.U de 11/08/2021. Este curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018. Atendendo as exigências da lei nº 9.394/1996, do CNE.

Curitiba, 18 de dezembro de 2024
Faculdade Unypublica - CNPJ: 45.597.714/0001-67
Rua Voluntários da Pátria, nº 547 - Centro - CEP 80.020-000 - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 3653-3031 (Secretaria de Pós-Graduação)

CPL
Fls. 76

Faculdade Unypública

FACULDADE UNYPUBLICA

CERTIFICADO

Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor Geral da Faculdade Unypublica no uso de suas atribuições, confere o Título de Especialista a

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

*pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **MBA em Gestão Pública 4.0**, com 480 horas, aprovado pelo Diretor de Pós-Graduação conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, com o percurso do aluno no período de 13/08/2024 a 14/12/2024.*

Curitiba, 18 de dezembro de 2024.

Jonias de Oliveira e Silva
Diretor Geral

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira
Concluinte

*Aluno: **Diogo Vinicius Fernandes Teixeira***
*Curso: **MBA em Gestão Pública 4.0***

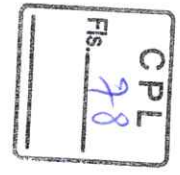
*CPF: **063.432.371-78***
*Área de Conhecimento (CAPES/CNPQ): **Negócios, administração e direito***

Disciplina	*Ministrante*	*Titulação*	*CH*	*Nota*	*Frequência(%)*	*Situação Final*
Noções de Gestão Pública	*Janete Probst Munhoz*	*Doutorado*	*100h*	*9,20*	*100*	*Aproveitamento*
Processos Gerenciais da Gestão Pública	*Leonardo Cristiano da Silva*	*Mestrado*	*95h*	*9,80*	*100*	*Aproveitamento*
Gestão Pública 4.0	*Jonias de Oliveira e Silva*	*Especialização*	*135h*	*10,00*	*100*	*Aprovado*
Responsabilizações por Atos, Omissões e Ações Administrativa	*Cassius Mozart Santana*	*Especialização*	*90h*	*7,40*	*100*	*Aproveitamento*
Cidades Inteligentes	*Ana Cristina Martins Alessi*	*Especialista*	*60h*	*9,00*	*100*	*Aproveitamento*

Credenciada para oferta em EAD pela Portaria nº 615 de 09/08/2021, publicado no D.O.U de 11/08/2021. Este curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018. Atendendo as exigências da lei nº 9.394/1996, do CNE.

Curitiba, 18 de dezembro de 2024
Faculdade Unypublica - CNPJ: 45.597.714/0001-67
Rua Voluntários da Pátria, nº 547 - Centro - CEP 80.020-000 - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 3653-3031 (Secretaria de Pós-Graduação)







Faculdade Unypública

FACULDADE UNYPUBLICA

CERTIFICADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ORDEM E PROGRESSO

Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor Geral da Faculdade Unypublica no uso de suas atribuições, confere o Título de Especialista a

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em ***MBA em Direito Administrativo Municipal****, com 480 horas, aprovado pelo Diretor de Pós-Graduação conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, com o percurso do aluno no período de 26/04/2024 a 27/08/2024.*

Curitiba, 04 de setembro de 2024.

Jonias de Oliveira e Silva
Diretor Geral

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira
Concluinte

FLS. 67 CPL

*Aluno: **Diogo Vinicius Fernandes Teixeira***
*Curso: **MBA em Direito Administrativo Municipal***
*Área de Conhecimento (CAPES/CNPQ): **Negócios, administração e direito***

*CPF: **063.432.371-78***
*Registro: **118** Livro: **01** Folha: **13***
*Data do Registro: **04/09/2024***

Disciplina	Docente/Titulação	Carga Horária	Ano/Período	Menção Final	Situação
Noções de Gestão Pública	Janete Probst Munhoz - Doutora	100		9.2	Aprovado
Processos Gerenciais da Gestão Pública	Leonardo Cristiano da Silva - Mestre	95		9.8	Aprovado
Direito Administrativo Municipal	Jonias de Oliveira e Silva - Especialista	135		10.0	Aprovado
Responsabilizações por atos, omissões e ações administrativas	Cassius Mozart Santana - Especialista	60		7.4	Aprovado
Gestão Pública 4.0	Ana Cristina Martins Alessi - Especialista	90		8.8	Aprovado

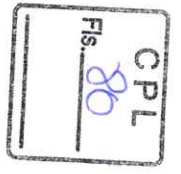
Credenciada para oferta em EAD pela Portaria nº 615 de 09/08/2021, publicado no D.O.U de 11/08/2021. Este curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018. Atendendo as exigências da lei nº 9.394/1996, do CNE.

Curitiba, 04 de setembro de 2024
Faculdade Unypublica - CNPJ: 45.597.714/0001-67
Rua Voluntários da Pátria, nº 547 - Centro - CEP 80.020-000 - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 3653-3031 (Secretaria de Pós-Graduação)





Certificado gerado e assinado digitalmente por: JONIAS DE OLIVEIRA E SILVA CPF: 453.381.919-20
Data da Assinatura: 05/09/2024 às 17:19:40
Código de Verificação: 22660.16bf94484254faeecfcae03b2b7ee1d0673c13
Valide esse documento em: https://sistema.alunodigital.com.br/ValidarCertificadoPos.aspx Informando o código de verificação.



A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

concluiu o curso **Transferências da União: Visão Geral (Turma JUN/2024)**, *com carga-horária de 15 horas, início em 10/06/2024, término em 14/06/2024 e nota final 83.33.*

Betânia Lemos
Presidenta

CPL
Fls. 81

Histórico

Nome:
Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

Curso:
Transferências da União: Visão Geral

Disponibilidade:
10/06/2024 a 30/06/2024

Carga Horária:
15 horas

Nota Final:
83.33

Conteúdo

Módulo 1: Introdução às Transferências da União;
Módulo 2: Modalidades de Transferências da União;
Módulo 3: Instrumentos utilizados nas Transferências Discricionárias.

Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: U00313260780thBZ
Este certificado foi gerado em 14/06/2024.
O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br.
A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

Escola Nacional de Administração Pública

00.627.612/0001-09
Enap
Escola Nacional de Administração Pública

CPL
Fls. 22

CERTIFICADO

Unicet
UNIDADE CERTIFICADORA DO TOCANTINS

Certificamos que **Diogo Vinicius Fernandes Teixeira** concluiu o curso de **Sistema de Transferências - TRANSFEREGOV - Módulo A e B** na modalidade presencial, realizado nos dias 02 e 03/04/2024 **Módulo A**, 09 e 10/04/2024 **Módulo B**, com carga horária de 24 horas.

Palmas - TO, 15 de abril de 2024.

Eliardo Rodrigues dos Santos
Diretor da Escola de Governo

Paulo César Benfica Filho
Secretário de Estado da Administração

ESTADO DO TOCANTINS

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
GOVERNO DO TOCANTINS

CPL
Fls. 83

Conteúdo Programático

- 1° Módulo A: Transferegov - Atos Preparatórios e Execução de Recurso de Transferências Federais.
- 2° Módulo B: Transferegov - Execução e Prestação de Contas Recurso de Transferências Federais.

661d283f-0444-457a-bde7-0c0aac130003

CPL
Fls. 241

CPL
Fls. 85

Instituto Gestão Tocantins
GesTO
Assessoria e Consultoria

CNPJ nº 09.539.355/0001-28

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu **ANA PAULA DA SILVA MOURA**, portador do RG nº 1.556.316 SSP-TO e do CPF nº 008.680.641-65, residente e domiciliado na ARSE 32 (Quadra 305 Sul), Alameda 01, QC 02 Lt. 11 Cs 4 Residencial Recanto do Bosque, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP 77.015-426, na qualidade de Diretora-Geral do Instituto Gestão Tocantins - GesTO, CNPJ: 09.539.355/0001-28, com sede administrativa Q ACSV SE 102, Av. LO 23 nº 01 Sala 05, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP: 77.023-528, **DECLARO**, para os devidos fins, que **COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 57.651.792/0001-81**, possui **CAPACIDADE TÉCNICA** nas seguintes áreas:

1. Licitações Públicas;
2. Contratos Administrativos;
3. Controle Interno;
4. Orçamento Público;
5. Convênios;
6. Contratos de Repasse.

Por ser verdade, dou fé, dato e assino.

Palmas-TO, *data certificada pelo assinador da RFB.*

INSTITUTO GESTAO TOCANTINS:09539355000128

Assinado de forma digital por INSTITUTO GESTAO TOCANTINS:09539355000128
Dados: 2025.01.16 14:34:28 -03'00'

Documento assinado digitalmente

ANA PAULA DA SILVA MOURA
Diretora-Geral

CPL
Fls. 86

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 19279828

OBSERVAÇÕES

ART.30,INC.I,L 8906/94

ASSINATURA DO PORTADOR

Diego Vinicius F. Teixeira

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

Scanned with ACE Scanner

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO TOCANTINS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO
13.179

NOME
DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA

FILIAÇÃO

MARITA FERNANDES TEIXEIRA

NATURALIDADE
GOIÂNIA-GO

DATA DE NASCIMENTO
23/01/1999

RG
1.089.795 2 VIA - SSP/TO

CPF
063.432.371-78

VIA
01

EXPEDIDO EM
09/05/2024

GEDEON BATISTA PITALUGA JUNIOR
PRESIDENTE

CPL
Fls. 28

Scanned with ACE Scanner

INSTITUTO
CIDADANIA
AMAZÔNIA

Site: http://institutocidadaniaamazonia.online
e-mail: oscipcidadaniaamazonia@yahoo.com
CNPJ: 10.273.789/0001-08

CPL
Fls. 88

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu **PAULO AUGUSTUS DE OLIVEIRA AMARAL**, portador do RG nº 795.054 SSP-TO e do CPF nº 480.307.671-53, residente e domiciliado na Avenida Tocantins, nº 1, Setor Rodoviário, Miracema do Tocantins, CEP 77.650-000, na qualidade de Diretor-Geral do Instituto Cidadania Amazônia, CNPJ: 10.273.789/0001-08, com sede administrativa Quadra 404 Sul (ACSV SE 41), Av. LO 11 Lote 02, Sala 03, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP: 77.021-640, **DECLARO**, para os devidos fins, que **COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA**, CNPJ nº **57.651.792/0001-81**, possui **CAPACIDADE TÉCNICA** nas seguintes áreas:

I. Licitações Públicas;
II. Contratos Administrativos;
III. Controle Interno;
IV. Orçamento Público;
V. Convênios;
VI. Contratos de Repasse.

Por ser verdade, dou fé, dato e assino.

Palmas-TO, *data certificada pelo assinador da RFB.*

INSTITUTO CIDADANIA AMAZONIA:10273789000108

Assinado de forma digital por INSTITUTO CIDADANIA AMAZONIA:10273789000108
Dados: 2025.01.16 14:38:42 -03'00'

Documento assinado digitalmente

PAULO AUGUSTUS DE OLIVEIRA AMARAL
Diretor-Geral

CPL
Fls. 89

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, **THIAGO LOPES BENFICA**, portador da Cédula de Identidade nº 764093 SSP/TO e no CPF: 846.889.981-04, residente em Palmas – TO, na qualidade de **Secretário da Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional - SECIHD**, Estado do Tocantins, CNPJ: 01.786.011/0001-01, com sede administrativa situada na Praça dos Girassois, Esplanada das Secretarias, Avenida NS 01, Plano Diretor de Palmas – TO, DECLARO, para os devidos fins, que **DIOGO VINÍCIUS FERNANDES TEIXEIRA**, CPF nº 063.432.371-78, participou do Chamamento Público nº 001/2023, para seleção dos interessados, oriundo do Processo nº 2023/37000/000113, na qualidade de membro da Comissão Especial de Credenciamento – CEC (PORTARIA/SECIHD Nº 262/2023/GASEC), possuindo **CAPACIDADE TÉCNICA** nas seguintes áreas:

1. Licitações e Contratos, incluindo procedimentos auxiliares;
2. Convênios.

Por ser verdade, dou fé, dato e assino.

Palmas – TO, 21 de março de 2024.

THIAGO LOPES BENFICA:84688998104

Assinado de forma digital por THIAGO LOPES BENFICA:84688998104
Dados: 2024.03.21 15:57:20 -03'00'

THIAGO LOPES BENFICA

Secretário das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional

SECRETARIA DAS **CIDADES, HABITAÇÃO** E **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

CPL
Fls. 90

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, **RÔMULO SOARES MARQUES**, portador da Cédula de Identidade no 1500378 SSP/TO e no CPF: 626.354.251-91, residente em Palmas – TO, na qualidade de **Diretor de Planejamento, Contratos e Convênios, lotado na Secretária das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional** - SECIHD, Estado do Tocantins, CNPJ: 01.786.011/0001-01, com sede administrativa situada na Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, Avenida NS 01, Plano Diretor de Palmas – TO, DECLARO, para os devidos fins, que **DIOGO VINÍCIUS FERNANDES TEIXEIRA**, CPF no 063.432.371-78 e OAB/TO 13.179, Gerente de Apoio, Articulação e Parcerias de Assuntos Fundiários - DAI-1, possui **CAPACIDADE TÉCNICA** nas seguintes áreas:

1. Licitações e Contratos a luz da Lei nº 14.133/2021 (fase interna e externa);
2. Elaboração e Revisão de Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR);
3. Procedimentos relacionados a Adesão de Ata de Registro de Preços;
4. Contratação Direta (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação);
5. Controle Interno Governamental;
6. Gestão de Convênios e Contratos de Repasse;
7. Planejamento Orçamentário em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e LRF;

Por ser verdade, dou fé, dato e assino.

Palmas – TO, 27 de novembro de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
ROMULO SOARES MARQUES
Data: 27/11/2024 14:44:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(Assinado Digitalmente)
Rômulo Soares Marques
Diretor de Planejamento, Contratos e Convênios

29° FÓRUM REGIONAL DE FORTALECIMENTO DA REDE DE PARCERIAS
ETAPA TOCANTINS

CERTIFICADO

O Governo do Tocantins, por meio da Secretaria do Planejamento e Orçamento em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Diretoria de Transferências e Parcerias da União, certificam que

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA

participou do **29º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias - Etapa Tocantins**, em 7 de novembro de 2024, com carga horária de 08 horas.

Palmas/TO, 7 de novembro de 2024.

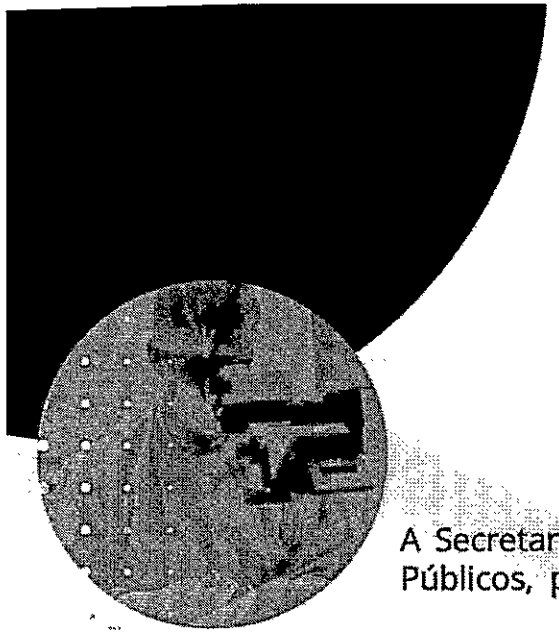
Sergislei Silva de Moura
Secretário do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins
Governo do Tocantins

Regina Lemos
Diretora de Transferências e Parcerias da União
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públi

Apoio

Realização

CPL
Fls 91



IX FÓRUM NACIONAL
DAS TRANSFERÊNCIAS E PARCERIAS DA UNIÃO
Transformando o serviço público por meio de parcerias inovadoras

Rede de Parcerias

CERTIFICADO

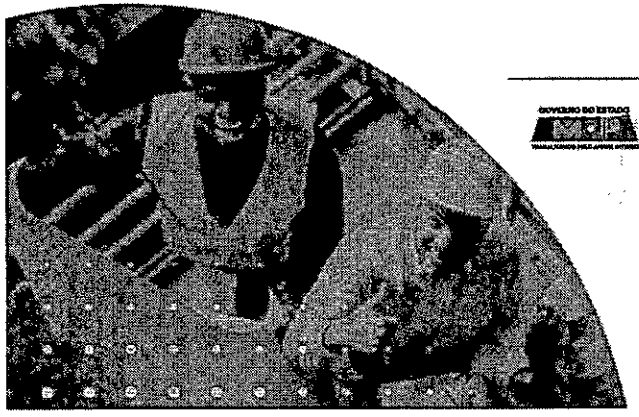
A Secretaria de Gestão e Inovação, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Diretoria de Transferências e Parcerias da União, certifica que

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA

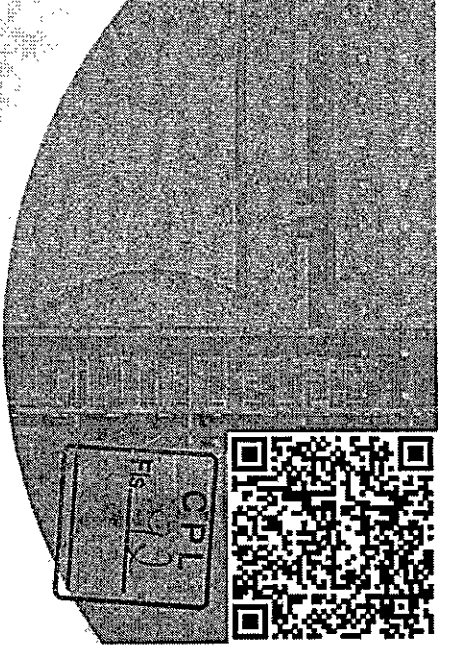
participou do **IX Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União**, realizado de 4 a 6 de junho de 2024, das 8h às 18h, em Brasília-DF, com carga horária de 24 horas.

Brasília-DF, 6 de junho de 2024.

Regina Lemos
Diretora da Diretoria de Transferências e Parcerias da União
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos







APOIO:

REALIZAÇÃO:

Rede de Parcerias

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

IX FÓRUM NACIONAL
DAS TRANSFERÊNCIAS
E PARCERIAS DA UNIÃO

Fortalecendo o serviço público por meio de parcerias eficientes

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA participou das seguintes palestras:

- Módulo Obras
- Cidades Inteligentes: Cases de Sucesso e Caminhos Para Implementação
- Restos a Pagar - RAP
- O Novo PAC, uma parceria federativa
- Acordos de Cooperação Técnica e Acordos de Adesão - Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 14 de março de 2024
- Contratação pela Lei nº 14.133 na Prática
- Viver não é para amadores. Centralizar compras e serviços também não! O que podemos aprender com a implantação de um Centro de Serviços Compartilhados?
- Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC
- Projetos padronizados no novo PAC

CPL
Fls. 92

CPL
Fls. 94

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E JUSTIÇA MILITAR

N. 6dc72b9d

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

CNPJ n. 57.651.792/0001-81

Certidão emitida em: 19/12/2024, às 10:21:13 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 19/12/2024, 10:22:27

CPL
Fls. 95



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/12/2024 às 10:42) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 57.651.792/0001-81.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6764.22E3.941E.6779 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

CPL
Fls. 96

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA**

CPF/CNPJ: **57.651.792/0001-81**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:16:11 do dia 15/01/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 4ERX150125161611

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CPL
Fls. 97

PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS CONTRIBUINTE

CPF/CNPJ: **57.651.792/0001-81**

Contribuinte: **COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA** Inscrição: **2467127**

Endereço oficial: **ACSV SE 102, AV. LO 23, LOTE 01, SALA 05; PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO**

Endereço de correspondência: **1006 S - VICINAL, AV. LO 23, Nº SN, SALA 05; PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO**

Finalidade: **Licitação**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Base legal: art. 138 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço **http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/**, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do numero identificador e do código de validação logo abaixo:

Numero identificador: **57.651.792/0001-81**
Código de validação: **057cd.a62d6.f428b-1148192**

Palmas, 19 de Dezembro de 2024 às 10:32.

Certidão válida até 17 de Fevereiro de 2025

COMARCA DE PALMA
1º JAN 1990
Prefeitura Municipal de Palmas

CPL
Fls. 98

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA
CNPJ: 57.651.792/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:47:40 do dia 11/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/06/2025.
Código de controle da certidão: **AF03.BECE.21BB.35AD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CPL
Fls. 99

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 57.651.792/0001-81
Certidão nº: 87257152/2024
Expedição: 19/12/2024, às 10:35:09
Validade: 17/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **57.651.792/0001-81, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CPL
Fls. 100

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Regionais	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 2467127	ALVARÁ Nº 2024012268

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

I - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CONTRIBUINTE: **COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA - CCP 496982**
COMPLIANCE ASSESSORIA

CPF/CNPJ: **57.651.792/0001-81**

ENDEREÇO: **ACSV SE 102, AV. LO 23, 01, SALA 05; PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO**
1006 S - VICINAL, AV. LO 23, Nº SN, SALA 05; PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO

II - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EXERCÍCIO: **2024** DATA EMISSÃO: **28/10/2024** VALIDADE: **31/01/2025** Nº PROCESSO: **2400081165**

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: **NATALIA DE SOUSA MOURA**

ÁREA DO ESTABELECIMENTO: **0.00 m2**

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: **COMERCIAL**

III - ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE-FISCAL)	Licen.Sanitária	Licen.Ambiental	Ativ.Endereço
6204000 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PRINCIPAL	**Não**	**Não**	**Sim**
7020400 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA	**Não**	**Não**	**Não**
8219999 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	**Não**	**Não**	**Sim**
8211300 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO	**Não**	**Não**	**Sim**

1º JAN 1990 Prefeitura Municipal de Palmas

Expedido pela Internet em 29 de Outubro de 2024 às 09:20	Em conformidade com o *Art.7º do Decreto Nº 353/2005.* A validade/autenticidade deste pode ser verificado no site **http://alvara.palmas.to.gov.br/autenticidade/** ou utilizando seu smartphone/tablet para fazer a leitura do **QRCODE(imagem)** ao lado. Codigo de Validação: **cceb6.05d5c-469867**	

CPL
Fls. 101

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Simplifica TOCANTINS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Número 2467127

Nome da Empresa: COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

CNPJ: 57.651.792/0001-81

Atividade Principal(CNAE)6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação

Atividade(s) Secundárias (CNAE) 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

Município: Município de Palmas **Endereço:** QUADRA ACSV SE 102 AV LO 23 LOTE 01, SN, SALA 05;, Plano Diretor Sul

CEP: 77023528

Local e data: Município de Palmas, sexta, 11 de outubro de 2024

CARLOS JOSÉ DE ASSIS JUNIOR
Secretaria Municipal de Finanças

Observações:**TAXAS DISPONIVEIS NO LINK: HTTP://EXTRATO.PALMAS.TO.GOV.BR/EXTRATO-PESSOA/ CCP-496982 PARA MAIORES INFORMAÇÕES LIGAR TELEFONE/WHATSAPP 63 3212 7076**

Código de Autenticidade: **ISLGPAG**

EMITIDO ELETRONICAMENTE PELO SIMPLIFICA TOCANTINS

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

CPL
Fls. 102

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
57.651.792/0001-81 **MATRIZ**		**11/10/2024**

NOME EMPRESARIAL
COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
COMPLIANCE ASSESSORIA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q ACSV SE 102 AV LO 23 LOTE 01	**SN**	**SALA 05**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.023-528	**PLANO DIRETOR SUL**	**PALMAS**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMPLIANCEGPUBLICA@GMAIL.COM	**(63) 9119-6581/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/10/2024**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **11/10/2024** às **10:13:07** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CPL
fls. 103

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 23/01/1999, n° do CPF 063.432.371-78, residente e domiciliado na cidade de Palmas - TO, na QUADRA ARSE 101 Alameda 11, nº SN, COND RESIDENCIAL VITORIA;BLOCO C;, Plano Diretor Sul, CEP: 77023-512;

NATALIA DE SOUSA MOURA, BRASILEIRA , SOLTEIRA, empresaria, nascido(a) em 30/12/1999, n° do CPF 705.918.821-59, residente e domiciliada na cidade de Palmas - TO, na QUADRA ARSE 72 Alameda 12 LOTE 16, nº SN, Plano Diretor Sul, CEP: 77022-392;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial:**COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA**, e usará a expressão COMPLIANCE ASSESSORIA como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: QUADRA ACSV SE 102 AV LO 23 LOTE 01, nº SN, SALA 05;, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77023528.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL; PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL; PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação
CNAE Nº 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
CNAE Nº 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades em 20/09/2024 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em moeda corrente no Pais

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA	7500	7.500,00	50,00
NATALIA DE SOUSA MOURA	7500	7.500,00	50,00
TOTAL:	15000	15.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelo sócio**NATALIA DE SOUSA MOURA** que representará legalmente

CPL
Fls. 104

a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL
Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CPL
Fls. 105

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

CLAUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Tocantins.

Palmas - TO, 20 de setembro de 2024

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA
Sócio

NATALIA DE SOUSA MOURA
Sócio/Administrador

CPL
Fls. 106

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06343237178	DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA
70591882159	NATALIA DE SOUSA MOURA

JUCETINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/10/2024 10:09 SOB Nº 17200901065.
PROTOCOLO: 240630491 DE 11/10/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12414532956. CNPJ DA SEDE: 57651792000181.
NIRE: 17200901065. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/09/2024.
COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

É TERMO DE PUBLICAÇÃO (ART. 16 INCISO VII, II E III DA LEI Nº 13.444 DE 11/05/2017)

FILIAÇÃO

JANES KLAYTON FERREIRA DE MOURA

MARIA NAZARE DE SOUSA

CPF
705.918.821-59

DATA DE EMISSÃO
25/04/2024

DATA DE NASCIMENTO
30/12/1999

DATA DE VALIDADE
25/04/2028

IDENTIDADE
05232392014-6

ÓRGÃO EXPEDIDOR
SSP-MA

Natan da Silva Moura

ASSINATURA DO TITULAR

Digitalizado com CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Conselho Federal de Enfermagem

Inscrição - COREN TO 000.830.021

ENFERMEIRA



NOME CIVIL
NATALIA DE SOUSA NOURA

NATURALIDADE / UF / NACIONALIDADE
ARAGUAÍNA
TO
BRASILEIRA

PRESIDENTE

PROIBIDO PLASTIFICAR

CPL
Fls. 102

Digitalizado com CamScanner

CPL
Fls. 109

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 57.651.792/0001-81
Razão Social: COMPLIANCE SOLUCOES E ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA
Endereço: Q ACSV SE 102 LO 23 1 SALA 5 / PLANO DIRETOR SUL / PALMAS / TO / 77023-528

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/01/2025 a 14/02/2025

Certificação Número: 2025011611246361173313

Informação obtida em 16/01/2025 13:48:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CPL
Fls. 130

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E/OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

N. ee8dd66c

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

CNPJ n. 57.651.792/0001-81

Certidão emitida em: 14/01/2025, às 09:49:10 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 14/01/2025, 09:49:16

CPL
Fls. 111

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6281356

Validador
56365246349125063579897834788490

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ : 57.651.792/0001-81 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:
NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quarta-feira, 15 de Janeiro de 2025 - 16h 15m 02s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

GMN
Consultoria e Assessoria

CPL
Fls. 112

A,
Prefeitura Municipal de Pium -TO

Assunto: Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV, e SIGA, para atender o município de Pium – TO, durante o ano de 2025.

Apresentamos para o município de Pium - TO, essa proposta comercial para a Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV, e SIGA, para atender o município de Pium – TO, durante o ano de 2025.

Para este fim apresentamos a descrição do serviço e preço detalhado conforme descrito abaixo:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Contratação de empresa para apoio administrativo na alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV, e SIGA, para atender o município de Pium – TO, durante o ano de 2025. .	Meses	06	R$ 3.940,00	R$ 23.640,00
Valor total				**R$ 23.640,00**

O valor total é de R$ 23.640,00 (Vinte e três mil, seiscentos e quarenta reais).

Validade da Proposta por 10 dias

GMN
Consultoria e Assessoria

CPL
Fls. 113

Forma de pagamento: mensal

Razão Social: GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA
CNPJ: 43.150.542/0001-53
Endereço: Quadra 108 Sul Av. LO 03 Lt 16 Sala 01 – Plano Diretor Sul – Palmas – TO
CEP: 77.020-098
Telefone: 63 3224-6357 / 98401-1545
E-mail: gmn.consultoriaeassessoria@gmail.com
Nome: Patrícia Magalhães Cirilo Estado **Civil:** Casada
Profissão: Publicitária **CPF N°** 984.262.221-53
Dados Bancários:
Banco Inter
Ag: 0001
C/C: 14672193-4

Palmas – TO, 17 de janeiro de 2025.

GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA:43150542000153

Assinado de forma digital por GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA:43150542000153
Dados: 2025.01.17 08:13:17 -03'00'

GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA
CNPJ n.º: 43.150.542/0001-53

CPL
Fls. 114

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6299190

Validador
99980817750623381060076509679596

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ : 43.150.542/0001-53 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:
NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 21 de Janeiro de 2025 - 15h 51m 27s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

CPL
Fls. 115

PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
CONTRIBUINTE

CPF/CNPJ: **43.150.542/0001-53**

Contribuinte: **GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA** Inscrição: **2427294**

Endereço oficial: **-**

Endereço de correspondência: **-**

Finalidade: **Convênio**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Base legal: art. 138 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço **http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/**, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do numero identificador e do código de validação logo abaixo:

Numero identificador: **43.150.542/0001-53**
Código de validação: **e4e2f.92d1f.1b390-1026660**

Palmas, 1 de Abril de 2024 às 14:42.

Certidão válida até 31 de Maio de 2024

COMARCA DE PALMAS
1º JAN 1990
Prefeitura Municipal de Palmas

CPL
Fls. 116

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 43.150.542/0001-53
Certidão nº: 3734885/2025
Expedição: 21/01/2025, às 15:57:01
Validade: 20/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.150.542/0001-53, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CPL
Fls. 117

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 43.150.542/0001-53
Razão Social: PATRICIA MAGALHAES CIRILO 98426222153
Endereço: QUADRA ARNO 71 AL 19 / PLANO DIRETOR NORTE / PALMAS / TO / 77001-875

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:08/01/2025 a 06/02/2025

Certificação Número: 2025010805165659879619

Informação obtida em 21/01/2025 15:56:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CPL
Fls. 118

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa; **GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA Inscrição: 2427294**, estabelecida na Avenida LO 03 Quadra 108 Sul Lote 16 Sala 01 – Plano Diretor Sul – CEP: 77.020.198, presta para esta Entidade Prefeitura de Barrolandia - TO, inscrita no CNPJ sob o Nº. inscrito no CNPJ: 02.884.153/0001-74, com sede na AV: BERNARDO SAYÃO, N° 759, CENTRO CEP: 77.665-000. Barrolândia - TO, serviços dessa natureza, Prestação de Serviços em;

Apoio Administrativo em Captação de Recursos e Prestações de Contas, Prestação de Serviços de Acompanhamento de Obras e Alimentação dos Sistemas.

Atesto ainda que esta empresa presta serviços de Engenharia Civil para elaboração de Projetos de Transferência Especial, Recursos de Convênios Federais e Estaduais oriundas de Emendas Parlamentares e Editais Abertos, Junto ao Município de Barrolandia - TO para os anos de 2017 a 2024.

Atestamos ainda, que tais prestações estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Barrolândia - TO, 31 de dezembro de 2024

ADRIANO JOSE RIBEIRO:94664145187

Assinado de forma digital por ADRIANO JOSE RIBEIRO:94664145187
Dados: 2024.12.31 15:27:26 -03'00'

ADRIANO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito

CPL
Fls. 119

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
43.150.542/0001-53 **MATRIZ**		**17/08/2021**

NOME EMPRESARIAL
GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q QUADRA 108 SUL AV. LO 03	**SN**	**LOTE 16 SALA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.020-098	**PLANO DIRETOR SUL**	**PALMAS**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PATRICIAMCIRILO@GMAIL.COM	**(63) 3224-6357**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**17/08/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/01/2025** às **15:53:37** (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS Secretaria Municipal de Finanças Diretoria de Administração Tributária 21 de Janeiro de 2025 às 16:31	FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS FIC - MICROEMPREENDEDOR	CCP **422485**	Inscrição Municipal **2427294**

INFORMAÇÕES GERAIS

Natureza: ALTERAÇÃO	**Tipo Inscrição:** DEFINITIVO	**Data Evento:** 19/08/2021	
Estabelecimento: COM ESTABELECIMENTO		**Horário de Funcionamento:**	

CPL
Fls. 120

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social: PATRICIA MAGALHAES CIRILO 98426222153		**CNPJ:** 43.150.542/0001-53
Nome Fantasia: GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA		
Natureza Jurídica: 2.135 - Empresário (Individual)		
Tipo Registro: JUNTA	**Nº Registro:** 0	**Data Registro:**
Telefone Fixo:	**Celular:**	**Email:** None

ENDEREÇO ATIVIDADE

Bairro/Quadra/Setor: ()		**Logradouro:** ()	
Ql/Lote: QI/LOTE NÃO ENCONTRADO	**Número:**	**CEP:**	**Área:** 0,00 m²

ATIVIDADE(S)

Código/Descrição:	Início:	Término:	Princ.
8219999 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	18/08/2021		X

ASSINATURAS

Contribuinte	Responsável Técnico	Orgão Receptor (com data)

CPL
Fls. 121

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUVO POR TRANSFORMAÇÃO DE EI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA UNIPESSOAL

PATRICIA MAGALHAES CIRILO 98426222153
CNPJ 43.150.542/0001-53

PATRICIA MAGALHAES CIRILO: Brasileira, Casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, nacisda em 10/07/1982 portador da cédula de identidade RG sob o nº 701736 SSP-TO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 984.262.221-53, residente e domiciliado a Quadra 603 Norte Alameda 19, SN, QI 07, lote 18, cep 77018-875, Plano Diretor Norte, Palmas - TO.

Única titular da Empresa Individual – EI. gira sob o nome empresarial **PATRICIA MAGALHAES CIRILO 98426222153,** com sede na Quadra Arno 71 alameda 19, S/N, PLANO DIRETOR NORTE Palmas TO 77001-875. inscrita no CNPJ (MF) sob n 43.150.542/0001-53, com Ato construtivo devidamente arquivado na Junta comercial do Tocantins JUCETINS, registrada em 17/08/2021, resolve transformar a EI em Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, mediante as condições cláusulas seguintes.

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA O objeto da empresa será as seguintes; atividades de serviços combinados de escritório e apoio administrativo preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo no especificados anteriormente locação de automóveis sem condutor aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais no especificados anteriormente sem operador administração de condomínios prediais serviços combinados para apoio a edifícios exceto condomínios prediais.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como sede e exercida(s) a(s) atividade(s) serviços combinados de escritório e apoio administrativo preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo no especificados anteriormente locação de automóveis sem condutor aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais no especificados anteriormente sem operador administração de condomínios prediais serviços combinados para apoio a edifícios exceto condomínios prediais.

DO ENDEREÇO

CLAUSULA SEGUNDA A Sociedade Empresaria limitada terá sua sede na Quadra 108 SUL AV. LO 03, SN, LOTE 16 SALA 01, Plano Diretor Sul, Palmas-TO. CEP 77020098.

DA TRANSFORMAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica transformada esta Empresa Individual – EI em Sociedade Limitada Unipessoal sob o nome empresarial **GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA O acervo desta Empresa Individual, no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil), passa a constituir o capital da SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL mencionada na cláusula

Vista a modificação ora ajustada, firma em ato contínuo, Ato constitutivo Da Sociedade Empresária Limitada Unipessoal

ATO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL

GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
CNPJ 43.150.542/0001-53

CPL
Fls. 122

PATRICIA MAGALHAES CIRILO: Brasileira, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, nacisda em 10/07/1982 SSP-TO, portador da cédula de identidade RG sob o nº 701736 e inscrito no CPF/MF sob o nº 984.262.221-53, residente e domiciliado Quadra Arno 71 Alameda 19, S/N, LOTE 18 QI 07, Plano Diretor Norte. Palmas – TO. CEP 77001875.

Resolve constituir uma Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO NOME EMPRESARIAL

CLAUSULA PRIMEIRA - A empresa gira sob o Nome Empresarial **GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA** e com nome fantasia **GMN CONSULTORIA E SERVICOS**.

DO ENDEREÇO

CLAUSULA SEGUNDA A Sociedade Empresaria limitada tem sua sede na Quadra 108 SUL AV. LO 03, SN, LOTE 16 SALA 01, PLANO DIRETOR SUL Palmas-TO. CEP 77020098.

DO CAPITAL

CLAUSULA TERCEIRA - O capital e de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 50.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 50.000,00 (Cinquento mil reais) em moeda corrente no País.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIA	QUOTAS	%	CAPITAL
PATRICIA MAGALHAES CIRILO	50.000	100	50.000,00
TOTAL	50.000	100	50.000,00

DO OBJETO

CLAUSULA QUARTA O objeto da empresa será as seguintes; atividades de servicos combinados de escritório e apoio administrativo preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo no especificados anteriormente locação de automóveis sem condutor aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais no especificados anteriormente sem operador administração de condomínios prediais serviços combinados para apoio a edifícios exceto condomínios prediais.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como sede e exercida(s) a(s) atividade(s) serviços combinados de escritório e apoio administrativo preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo no especificados anteriormente locação de automóveis sem condutor aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais no especificados anteriormente sem operador administração de condomínios prediais serviços combinados para apoio a edifícios exceto condomínios prediais.

DO INICIO DAS ATIVIDADES

CLAUSULA QUINTA - A empresa/sociedade iniciou suas atividades em 17/08/2021 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CPL
Fls. 123

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SÉXTA - A administração da sociedade será exercida pela sócia **PATRICIA MAGALHAES CIRILO** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DO BALANÇO PATRIMONIAL

CLÁUSULA SETIMA Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

CLÁUSULA OITAVA - O Sócio Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO PRÓ LABORE

CLÁUSULA NONA O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA DÉCIMA A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Retirando-se da sociedade ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde queautorizado legalmente, Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento, O resultado positivo ou negativo será distribuído ousuportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único – O mesmo procedimentos será adotado em outros casos emque a sociedade se resolve em relação a seu sócio.

DA CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

DA RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das

CPL
Fls. 124

DO PORTE EMPRESARIAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA O sócio declara que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Fica eleito o Foro de Palmas -TO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumentoem uma única via.

Palmas -TO, 26 de Julho de 2022

PATRICIA MAGALHAES CIRILO
SÓCIA ADIMISTRADORA
Assinatura digitalmente

CPL
Fls. 125

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
98426222153	PATRICIA MAGALHAES CIRILO

JUCETINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/07/2022 18:36 SOB Nº 17200737265.
PROTOCOLO: 220395675 DE 26/07/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12209925112. CNPJ DA SEDE: 43150542000153.
NIRE: 17200737265. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/07/2022.
GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA

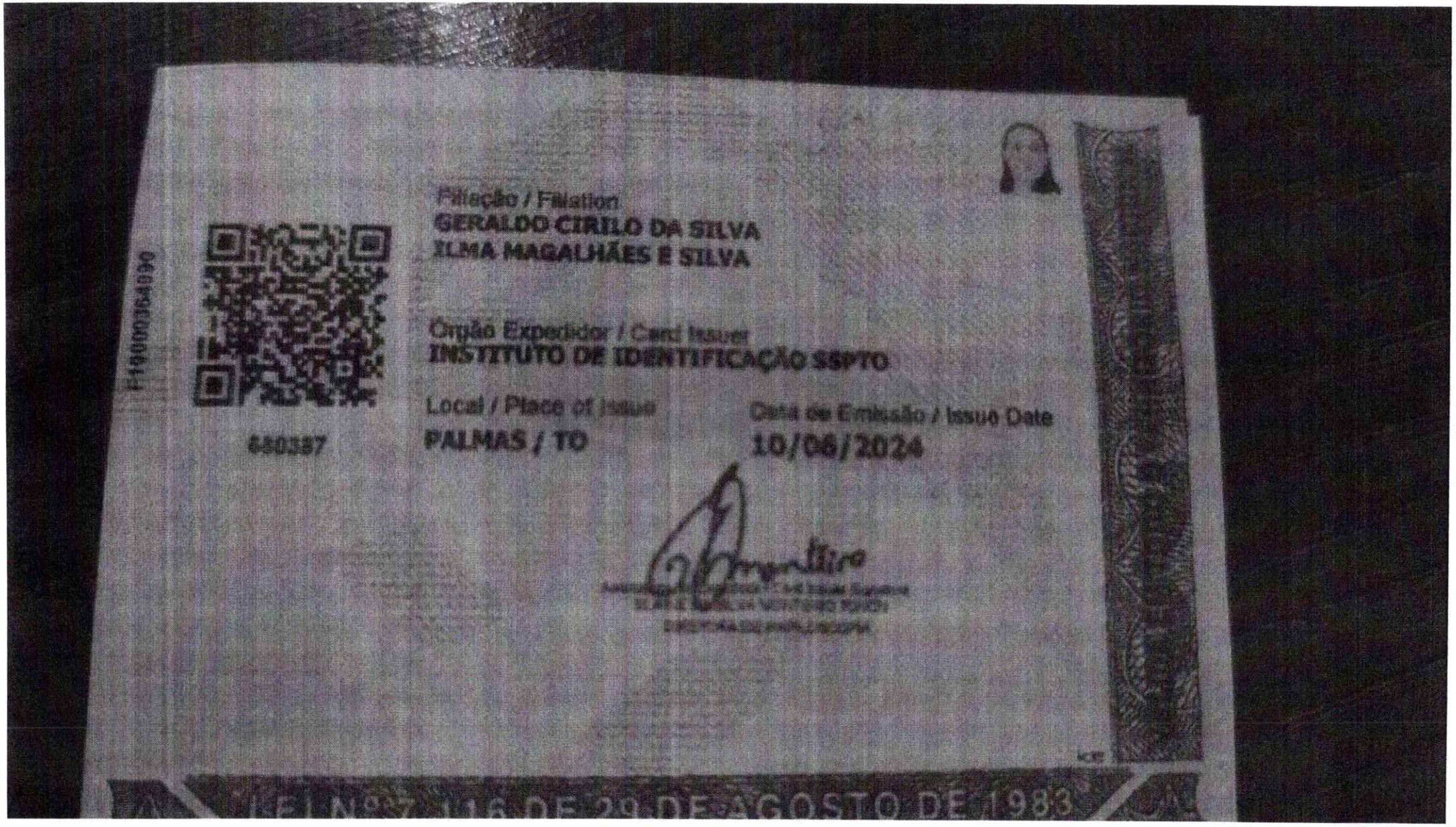
ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CPL
Fls. 126


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado do Tocantins
Secretaria de Segurança Pública
Nome Name
PATRICIA MAGALHÃES CIRILO
Registro Geral-CPF / Personal Number
984.262.221-53
Data de Nascimento/Date of Birth
10/07/1982
Naturalidade/Place of Birth
PORTO NACIONAL-TO
Sexo/Sex
F
BRA
Validade/Expiry
08/06/2034
Patrícia Magalhães Cirilo
CARTEIRA DE IDENTIDADE

CPL
127


Filiação / Filiation
GERALDO CIRILO DA SILVA
ILMA MAGALHÃES E SILVA
Órgão Expedidor / Card Issuer
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO SSP/TO
Local / Place of Issue
PALMAS / TO
Data de Emissão / Issue Date
10/06/2024
680387
LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPL
Fls. 128

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
CNPJ: 43.150.542/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:10:07 do dia 19/12/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/06/2023.
Código de controle da certidão: **30FA.1E82.AD58.E15B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CPL
Fls. 129

JUCETINS

Governo do Estado do Tocantins
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Tocantins

Simplifica Tocantins

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA **NIRE :** 17200737265 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** TOC2500022750
NIRE (Sede) 17200737265	**CNPJ** 43.150.542/0001-53	**Data de Ato Constitutivo** 17/08/2021	**Início de Atividade** 17/08/2021

Endereço Completo
Quadra 108 SUL AV. LO 03, Nº SN, LOTE 16 SALA 01, PLANO DIRETOR SUL - Palmas/TO - CEP 77020-098

Objeto Social
SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE SEM OPERADOR ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS PREDIAIS SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS

Capital Social R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
PATRICIA MAGALHAES CIRILO	984.262.221-53	R$ 50.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
PATRICIA MAGALHAES CIRILO	984.262.221-53	Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 31/07/2022	**Número** 17200737265	**Ato/eventos** 002 / 022 - ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 21/01/2025, às 17:06:40 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.simplifica.to.gov.br**, com o código **JIRDOGUH**.

Erlan Souza Milhomem
Secretário(a) Geral

GMN
Consultoria e Assessoria

CPL
Fls. 130

REQUERIMENTO
Dispensa de Licitação nº 009/2025

A empresa GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA, portadora do CNPJ: 43.150.542/0001-53, representada neste ato pela senhora Patrícia Magalhaes Cirilo Portador do CPF 984.262.221-53 na qualidade de socia proprietária , vem querer a esta nobre comissão de licitação que geri a dispensa supracitada o direito da micro e pequena empresa regida Lei 123/2006 – Artigo 43, §1º - Direito da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de ter assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis para regularizar sua habilitação fiscal, podendo ainda se prorrogado a critério da administração por mais 05 (cinco) dias úteis.

Por ser verdade firmo e assino a apresente

Pium - TO, 21 de janeiro de 2025.

GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA:43150542000153

Assinado de forma digital por GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA:43150542000153
Dados: 2025.01.21 17:41:15 -03'00'

GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA
CNPJ n.º: 43.150.542/0001-53

GMN
Consultoria e Assessoria

CPL
Fls. 131

REQUERIMENTO
Dispensa de Licitação nº 009/2025

A empresa GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA, portadora do CNPJ: 43.150.542/0001-53, representada neste ato pela senhora Patrícia Magalhaes Cirilo Portador do CPF 984.262.221-53 na qualidade de socia proprietária , vem requerer a esta nobre comissão de licitação que geri a dispensa supracitada a prorrogação a critério da administração por mais 05 (cinco) dias úteis, nos termos da Lei 123/2006 – Artigo 43, §1º - Direito da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte d para regularizar sua habilitação fiscal.

Por ser verdade firmo e assino a apresente

Pium - TO, 28 de janeiro de 2025.

GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA:43150542000153

Assinado de forma digital por GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA:43150542000153
Dados: 2025.01.28 12:10:58 -03'00'

GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA
CNPJ n.º: 43.150.542/0001-53

CPL
Fls. 132

PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS CONTRIBUINTE

CPF/CNPJ: **43.150.542/0001-53**
Contribuinte: **GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA** Inscrição: **2427294**
Endereço oficial: **-**
Endereço de correspondência: **-**

Finalidade: **Licitação**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Base legal: art. 138 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço **http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/**, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do numero identificador e do código de validação logo abaixo:

Numero identificador: **43.150.542/0001-53**
Código de validação: **0b085.f4ae5.ee434-1170134**

Palmas, 30 de Janeiro de 2025 às 10:34.

Certidão válida até 31 de Março de 2025

1º JAN 1990 Prefeitura Municipal de Palmas

CPL
Fls. 133

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GMN CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
CNPJ: 43.150.542/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:58:33 do dia 30/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/07/2025.
Código de controle da certidão: **D769.600F.55DA.F32F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E JUSTIFICATIVA DE PREÇO DISPENSA Nº 020/2025

I. DA NECESSIDADE DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.

A presente Contratação se justifica pela necessidade de suporte operacional no que refere a alimentação de sistemas e gerenciamento de contratos de convênios federais e estaduais, para a captação na Plataforma Mais Brasil, SISMOB, FNS, CONV e SIGA, para o ano de 2025, com o intuito de contribuir e melhor informar toda a equipe administrativa municipal. Formalizar diversas ações que possam facilitar todo o processo burocrático e trazer benefícios no resultado final dos processos em trâmite, bem como realizar a prestação de contas.

Justifica-se, ainda, pelo fato da Secretária de Administração não dispor de servidor capacitado para exercer tal atividade, sendo de extrema necessidade a presente contratação para o ano de 2025, para evitar maiores prejuízos com falta de acompanhamento do sistema em questão.

I. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Em 01 de abril de 2021 entrou em vigor a Lei 14.133/2021, iniciando um novo marco nas Licitações e contratos.

Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob obediência ao estabelecido no artigo 72, lei 14.133/2021:

> "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
>
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo

técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente. Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial."

No nosso caso em questão verifica-se a Dispensa de licitação com base jurídica no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021:

I Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 125.451,15 o caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 No caso de outros serviços e compras;

III. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Atrela-se tanto à justificativa de preço, quanto à habilitação e qualificação do contratado, além da caracterização e comprovação da situação fática que

autoriza a inexigibilidade ou dispensa de licitação por meio de parecer técnico, quando for o caso.

Em analise aos presentes autos, observamos habilitação das empresa a seguir caracterizado:

As empresas **COMPLIANCE SOLUÇÕES E ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA**, Pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/CPF sob nº. 57.51.792/0001-81 e a empresa **GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº43.150.542/0001-53 apresentaram propostas. Analisado a documentação da empresa foi verificado:

A empresa **COMPLIANCE SOLUÇÕES E ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA**, e **GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA,** apresentaram toda documentação descritas no edital, com atestados de capacidade técnica, por se tratar de uma prestação de serviço de estrema importância e constatando que as referidas empresas tem capacidade técnica a bastante tempo e os preços da mesma estar dentro do estimado para o processo resolvemos habilitar as mesmas para analise das propostas.

IV. DAS COTAÇÕES

Na contratação em epígrafe, verificou-se no termo de referência os preços praticados no mercado devido à natureza do Objeto do procedimento.

O valor mais vantajoso ofertado conforme a planilha de estimativa de despesa foi o da empresa **GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** no valor de R$ 3.940,00 **(três mil novecentos e quarenta reais) mensais.** Está demonstrado que a contratação está dentro dos valores de mercado.

V. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência, de acordo com a Lei 14.133/2021.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, tratar-se de situação pertinente de dispensa de licitação, o qual deverá ser composto por no mínimo três propostas validas.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

CPL
Fls. 137

VI. DA ESCOLHA

GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA CNPJ. nº43.150.542/0001-53

VII- DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO

Os recursos para custear tais despesas são advindos do Orçamento de 2025 da Prefeitura Municipal de Pium-TO.

Pium, 31 de janeiro de 2025.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

Membro da Comissão de Contratação

Membro da Comissão de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09

CPL
Fls. 138

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 020/2025
Dispensa de Licitação .

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.

Tendo em vista o que consta no parecer jurídico e os documentos anexos, encaminhamos o presente processo para ratificação e autorização do Exmo. Sr. Prefeito de Pium – TO.

Pium – TO, 03 de fevereiro de 2025.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAUJO
Agente de Contratações

CPL
Fls. 139

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 020/2025-PMP

O Prefeito do Município de Pium – TO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, amparado no parecer jurídico e do controle interno, no que demais consta no procedimento em epígrafe, e especialmente a Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal n.º 062/2021, **resolve:**

RATIFICAR o processo de dispensa de licitação n.º 020/2025-PMP, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei 14.133/21, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.**
AUTORIZO a contratação da empresa **GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.150.542/0001-53 pela prestação de serviço acima especificada.

O preço levantado está compatível com o de mercado, totalizando o valor de R$ **23.640,00** (vinte e três mil seiscentos e quarenta reais) pela prestação de serviço.

Por fim, **determino** que se proceda a publicação resumida do presente ato, em atendimento ao disposto em lei.

Pium – TO, aos 03 dias do mês de fevereiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

CPL
Fls. 140

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE REGULARIDADE Nº 068/2025

PROCESSO Nº	**020/2025**
UNIDADE GESTORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUM-TO
ASSUNTO	Prestação de serviços apoio Administrativo.
GESTOR RESPONSÁVEL	DIONE RIBEIRO DA SILVA
MODALIDADE	**DISPENSA 020/2025 FMS**
VALOR	23.640,00
EMPRESA	**GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**
ESTÁGIO DA DESPESA	

1. Trata os presentes autos do processo **020/2025**, Prestação de serviços de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas Transfere.to, Investus, Sismob e FNS no Município de Pium - TO , submetido a esta Secretaria de Transparência e Controle Interno em atenção ao disposto nos artigos 31,70, 74 e 75 da Constituição Federal; Art 59 da Lei Complementar nº 101/2000, conjugados com o disposto nas Leis nº 4.320/64, artigos 72, 74, 75, 78, 79 e 82 da Lei nº 14.133/21, de acordo com a regulamentação da mesma através do decreto municipal 062/2021 e Lei Orgânica Municipal, venho apresentar parecer de auditoria acerca de análise realizada no processo administrativo de Licitação a manifestar:

2. Primeiramente, registra-se que a Lei nº 495/2002, que instituiu no Município de Pium, o Sistema de Controle Interno e atribui sua competência estabelece; Normas gerais sobre a fiscalização do Município, organizada sob a forma de Sistema de Controle Interno Municipal, especialmente nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e tomará por base a escrituração e demonstrações contábeis, os relatórios de execução e acompanhamento de projetos e de atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislação em vigor ou órgãos de controle interno e externo.

CPL
Fls. 141

DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

03. Para a instrução do processo foram juntados aos autos, em síntese, os seguintes documentos:

a) Propostas de Preço;
b) Autuação;
c) Documento de Formalização da Demanda;
d) E.T.P Estudo Técnico Preliminar;
e) Despacho C.P.L.;
f) Indicação orçamentaria (Setor Contábil);
g) Comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista das empresas que apresentaram as propostas;

DA ANÁLISE

04. Da análise dos autos temos as seguintes considerações:

a) Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo em tela efetuou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste órgão de controle interno. Diante do exposto, concluímos que os autos assemelham-se estarem revestidos da legalidade necessária, e em conformidade com análise jurídica.

RECOMENDAÇÕES

05. Das recomendações do órgão de Controle Interno.

a) **Envio das informações ao Tribunal de contas do Estado do Tocantins – TCE-TO, através do Sistema SICAP-LCO.**

b) **Relatório Fiscal de Contrato.**

c) **Atesto do departamento de compras em notas fiscais emitidas.**

CPL
Fls. 142

CONCLUSÃO

06. Lembramos que os ordenadores de despesa são os responsáveis por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício das suas competências.

07. Ante o exposto, abstendo-se de manifestar quanto a questões de ordem estritamente técnica, cujo crivo é de responsabilidade da unidade gestora, **DESDE QUE ATENDIDAS AS RECOMENDAÇÕES ACIMA E HAVENDO MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO COMPETENTE QUANTO À LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO,** manifesta-se pelo prosseguimento do processo, orientando-se observância quanto ao fluxograma do processo – **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, estabelecida na Lei de Licitações (nº 4.320/64 e artigos 72, 74, 75, 78, 79 e 82 da Lei nº 14.133/21), de acordo com a regulamentação da mesma através do decreto municipal 062/2021.

Devolva - se os autos à origem para conhecimento e providências pertinentes.

Pium - TO, 03 de fevereiro de 2025.

Kaio Pereira Luz
Decreto 013/2025
Controle Interno

Kaio Pereira Luz
Controle Interno

CPL
Fls. 143

CONTRATO Nº 017/2025

Termo de Contrato celebrado entre o **Município de PIUM** e **GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**, referente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.**

O MUNICÍPIO DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Diogenes de Brito nº 01, Setor Alto da Boa vista município de PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 01.189.497/0001-09, representado por seu gestor, **FERNANDO BELARMINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.865.451-94, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE

A empresa GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA com sede e foro na Quadra 108 sul, V lo 03, SALA 01,Plano Diretor Sul, Palmas-TO, inscrita no CPF/C.N.P.J. sob o nº43.150.542/0001-53,doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Representante Legal, PATRICIA MAGALHÃES CIRILO,brasileira, casada, residente e domiciliado em Palmas-TO, portadora da Cédula de Identidade nº7011736 SSP/TO, CPF nº984.22.221-53, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela **ASSESSORIA JURIDICA**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.**

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As aquisições deste Contrato possuem suas especificações, quantidades e observações do Objeto dispensa **Processo nº 020/2025** parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Pela prestação dos serviços o Contratante pagará ao contratado o valor de R$3.940,00 (três mil novecentos e quarenta reais) mensais.

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total

CPL
Fls. 144

1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025**	06	R$ 3.940,00	R$ 23.640,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O licitante vencedor deverá obedecer às disposições estabelecidas para o serviço objeto deste processo licitatório;
CLÁUSULA QUARTA – Das Penalidades:
I - O Contratado que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeita às penalidades previstas pela lei 14.133/2021;
CLÁUSULA QUINTA - São requisitos necessários dos condutores da Contratada para prestarem os serviços deste instrumento, entre outros determinados pela legislação:
CLÁUSULA SEXTA - Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos com a manutenção do equipamento, seguros obrigatórios, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.
CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da realização do serviço objeto, onde serão efetuados pagamentos através de Ordem Bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal com atesto de conformidade do fiscal dos serviços executados no período.

A despesa com a prestação dos serviços objeto do presente Edital correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento terá a seguinte vigência após a **homologação até 06 meses,** após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias mediante termo aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA NONA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:
I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
III – Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos da lei 14.133/2021
IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
V - No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;
CLÁUSULA DÉCIMA – O pagamento do ISSQN será descontado do valor pago pela prestação dos serviços.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São responsáveis pela execução deste Contrato: Pelo CONTRATANTE o Sr Fernando Belarmino da Silva; Pelo contratado a Srª. Patricia Magalhães Cirilo.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato está vinculado ao **Edital n° 020/2025**.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos, no prazo de 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, apos as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

Fica facultado à Prefeitura a antecipação de pagamentos de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

Servir-se dos equipamentos exclusivamente para os fins convencionados.

Levar ao conhecimento do CONTRATANTE as turbações de terceiros.

Fornecer o combustível necessário, do veículo destinado à realização do serviço objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – São obrigações do Contratado:
a) O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância da lei vigente.

b) Antes de iniciar as atividades, apregoar logomarca do Município, conforme especificação fornecida pelo CONTRATANTE.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

c) Assumir as despesas de manutenção, operador, inclusive danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença.

d)Manter os equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e condições de uso, observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

e) executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do município;
f) responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
g) cumprir portarias e Resoluções do Município;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independentemente da conclusão de seu prazo:
a) manifesta deficiência do serviço;
b) reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
c) falta grave a juízo do município;
d) abandono total ou parcial do serviço;
e) falência ou insolvência;
f) não der início às atividades no prazo previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro da comarca de Cristalândia – TO, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, que declaram conhecer todas as Cláusulas contratadas.

Pium-TO, aos 03 de fevereiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ nº 43.150.542/0001-53
Representante Legal da Contratada

TESTAMUNHAS: 1-_____ 2-_____
CPF: *CPF*

CPL
Fls. 147

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 017/2025 PMP

Processo Administrativo: Nº 020/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação
Contrato n.º 017/2025
Objeto da Licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO NA ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, PARA A CAPTAÇÃO NA PLATAFORMA MAIS BRASIL, SISMOB, FNS, CONV E SIGA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PIUM- TO, DURANTE O ANO DE 2025.**
Partes: **GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 43.150.542/0001-53 e MUNICIPIO DE PIUM CNPJ: 01.189.497/0001-09
Data da assinatura: 03de fevereiro de 2025
Recursos: Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;

Unidade: **0002** – Administração Geral;

Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;

Elementos de Despesas: **3.3.90.39** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.
Valor total: R$ 23.640,00 (vinte e três mil seiscentos e quarenta reais)
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
Vigência: após a homologação até 06 meses
FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 015/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 004/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa
Objeto da Licitação: Aquisição de pneus e câmaras de ar para patrol pertencente ao município de Pium-To. Partes: TOP 10 IMPORTADOS LTDA-ME inscrito no CNPJ sob o n.º 43.386.026/0001-22 e MUNICIPIO DE PIUM , CNPJ 01.189.497/0001-09
Recursos: 15.122.0050.2048 / 3.3.90.39 / 1.500.000000 - DC -39
Valor total: 20.100,00 (vinte mil e cem reais)
Vigência: homologação de 30 dias
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

FERNANDO BERLAMINO DA SILVA
Prefeito municipal

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 018/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 173/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa
Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA NA AREA DE HARDWARE PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PIUM-TO.
.Partes: N e G INFORMATICA LTDA inscrito no CNPJ sob o n.º 14.089.630/0001-99 e Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.
Recursos: 04.122.0003.2006- 339039- fonte 1500
Valor total:R$ 3.240,00 (três mil e duzentos e quarenta reais)
Vigência: após a homologação até 06 meses.
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito de Pium – TO.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 026/2025 PMP

Processo Administrativo: Nº 325/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação
Contrato n.º 026/2025
Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na alimentação dos sistemas Transfere.gov e Transfere.to para obras com recursos federais e estaduais no município de Pium – TO. GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 43.150.542/0001-53 e MUNICIPIO DE PIUM CNPJ: 01.189.497/0001-09
Recursos: Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: 0002 – Administração Geral;
Projeto Atividade: 04.122.0003.2006 – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: 39; Fonte: 1.500.0000.000000.
Valor total: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
Vigência: 06 meses

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

O condutor de processos do órgão PREFEITURA DE PIUM - TO- PIUM-TO, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2025, Processo Administrativo nº 688/2025 finalizado sábado, 26 de abril de 2025 às 09:51, objeto: FORMALIZAÇÃO DE ARP PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MAQUINAS PESADAS E PICK UP 4 PORTAS PARA O MUNICIPIUO DE PIUM. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: INTER DIESEL COMERCIO DE MAQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA (22137985000134) com o lote 1 no valor de R$ 865.000,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil reais) e lote 2 no valor de R$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais) e REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA (17449881000397) com o lote 3 no valor de R$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) e VIA ALIANCA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA (28239067000100) com o lote 4 no valor de R$ 123.800,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos reais), PIUM (TO), sábado, 26 de abril de 2025

RAYLLANNE GOUVEIA ARAÚJO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025
PREGÃO ELETRÔNICO R. DE PREÇO Nº 001/2025
PROCESSO: 688/2025

A Prefeitura Municipal de Pium - TO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.189.497/0001- 09, sediada à Av. Diógenes de Brito nº 01, Setor Alto do Boa Vista, Centro, CEP: 77570-000, Pium/TO. Tel: (63) 99266-4183, PIUM/TO, neste instrumento representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito FERNANDO BELARMINO DA SILVA, portador do CPF: 011.865.451-94, em face da classificação das propostas de preços – no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 001/2025, tendo como fundamento a Ata de Julgamento e Classificação das Propostas de Preços. RESOLVE registrar os preços para FORMALIZAÇÃO DE ARP PARA FUTURO E EVENTUAL

5500882436304343931

N° DO CONTRATO	**017/2025- PMP**
PROVOCADOR DA EMPRESA/ MEMORANDO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
EMPRESA CONTRATADA	GMN CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
OBJETO	Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas transfere.gov, transfere.To, Investus, sismob e FNS no município de Pium – TO.
PERIODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	O presente contrato vigorará por prazo determinado até 03 de agosto de 2025.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS/ENTREGA MATERIAIS

Nos termos do art.177 da Lei Federal de Licitações n.° 14.133/21, procedemos ao acompanhamento do contrato em questão sendo realizadas as seguintes atividades:

01- QUANTO AO CUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

No período de acompanhamento foi realizada orientação técnica da Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas transfere.gov, transfere.To, Investus, sismob e FNS no município de Pium – TO.

Conforme planilha, em que foram atendidas todas as condições contratuais. Havendo a regular prestação de serviços, satisfazendo o interesse público e consequentemente cumprindo o objeto do contrato.

Lista de Verificação:

OCORRÊNCIAS	SIM	NÃO
1. Cumpriu as obrigações contratuais iniciais	x	
2. Obedeceu aos prazos estabelecidos	x	-
3. Entregou documentos a que estava obrigado	x	-
4. Prestou o serviço com qualidade esperada	x	-
5. Realizou diligências necessárias	-	-

Obs.:

CUMPRIMENTO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

(x) Recebimento provisório/ parcelado ( ) Recebimento definitivo

CONSIDERAÇÕES

Trata-se de da contratação por dispensa de licitação fundamentado na Lei 14.133/24 e alterações posteriores.

O presente instrumento é para Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio administrativo na elaboração de propostas e alimentação das plataformas transfere.gov, transfere.To, Investus, sismob e FNS no município de Pium – TO.
Contrato firmado em 03 de fevereiro do corrente ano. Será pago à contratada o valor de R$ 23.640,00 (vinte e três mil seiscentos e quarenta reais).

O pagamento será efetuado conforme a prestação do serviço, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e ou O Coordenador de Administração.

É o relatório.

Nada mais havendo a declarar, encaminhem-se cópia ao setor de compras para conhecimento com posterior juntada aos autos.

Pium – TO, 03 de fevereiro de 2025.

Guilherme Pereira Cruz
Portaria Nº 074/2025
Fiscal de Contrato

Guilherme Pereira Cruz
Fiscal de Contrato Portaria : 074/2025